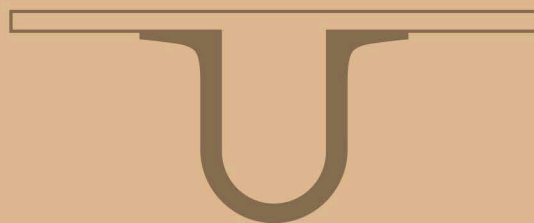




UNIVERSIDADE D
COIMBRA



Ana Carolina Soares Pereira da Cruz

MUHIPITI COM VIDA

UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO PARA A ILHA DE MOÇAMBIQUE

Dissertação no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura,
orientada pelo Professor Doutor Walter Rossa e coorientada pela Professora Doutora Margarida Relvão
e apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia
da Universidade de Coimbra.

Fevereiro de 2019

MUHIPITI COM VIDA

Uma Estratégia de Desenvolvimento para a Ilha de Moçambique

Muhipiti é o nome local atribuído à Ilha



Agradeço, honestamente,

À equipa responsável pela organização do evento *Oficinas de Muhipiti*, que permitiu a um grupo de alunos e professores, o enriquecimento pessoal e profissional.

Ao Professor Doutor Walter Rossa e à professora Doutora Margarida Calmeiro, pela constante disponibilidade e apoio, durante e após o evento, aquando a elaboração da dissertação.

A todos os docentes e alunos com quem, ao longo destes cinco anos, partilhei o claustro, conhecimentos e bons momentos.

Aos meus pais, irmão e avós, pelo apoio incondicional e por serem sempre os meus pilares.

Ao Leandro, por tudo.

À Biusca, pela amizade verdadeira.

Aos amigos de Ceira, pelo companheirismo e por serem presença constante.

Ao Brinco, ao Coelho e ao Góis, que sempre me acompanharam.

Resumo

O tema escolhido para esta dissertação surge após a minha participação no *Oficinas de Muhipiti*, realizado na Ilha de Moçambique, em julho de 2017. O evento decorreu com a composição de vários grupos de trabalho e eu integrei o grupo responsável pela proposta de Estratégias para o Desenvolvimento Sustentado da Ilha. A minha dissertação consiste num complemento ao trabalho realizado no *Oficinas*, através do desenvolvimento de um dos eixos estratégicos propostos pelo grupo. Propõe-se uma estratégia de desenvolvimento que pretende promover o turismo e melhorar a qualidade de vida dos habitantes.

A Ilha de Moçambique possui património edificado, cultural e paisagístico, inscrito na lista do Património Mundial da UNESCO desde 1991, com potencial para o usufruto turístico. O turismo é uma atividade económica com potencial para contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população local e contribuir para o desenvolvimento sustentado da Ilha. No entanto para este objetivo é necessário o envolvimento da população.

Através da análise de exemplos de estratégias para o turismo cultural e criativo, experimentadas em Zanzibar, na Tanzânia e em África do Sul, e da compreensão da importância da potencialização do turismo para o desenvolvimento da Ilha, propõe-se uma estratégia de intervenção que pretende “Ancorar a Ilha” ao desenvolvimento. Assim, definem-se medidas e ações para melhorar as acessibilidades, melhorar a divulgação do turismo e conseguir o envolvimento da população.

Palavras-chave: Ilha de Moçambique, Cidade de Macuti, Cidade de Pedra e Cal, Planeamento Estratégico, Turismo Sustentável, Património, Desenvolvimento

Abstract

The subject chosen for this dissertation comes after my participation in the *Oficinas de Muhipiti*, held on the Island of Mozambique, in July 2017. The event was composed of several working groups and I was part of the group responsible for the proposed Strategies for Sustainable Development of the Island. My dissertation is a complement of the work carried out in the *Oficinas*, through the development of one of the strategic axes proposed by the group. The chosen axis focuses on the promotion of cultural heritage, to allow that Island of Mozambique characteristics contribute to the improvement of the quality of life of those who live there.

The Island of Mozambique has built, cultural and natural heritage, inscribed on the UNESCO World Heritage List since 1991, with tourism potential. Tourism contributes to the well-being of the population, by becoming an economic activity with potential for improving the internal economy. The involvement of the population will be essential for the implementation of the Sustainable Development proposal focused on cultural tourism and for it to be able to enjoy the benefits derived from these actions in the Island.

Through the analysis of examples of cultural and creative tourism strategies, implemented in Zanzibar, Tanzania and South Africa, and by understanding the importance of tourism potentiation for the development of the Island, it is proposed an intervention strategy that intends to "*Ancorar a Ilha*" to its development. Therefore, it is ultimately defined actions to improve accessibility, dissemination of tourism and the active involvement of the population.

Keywords: Island of Mozambique, Macuti Town, Stone and Lime Town, Strategic Planning, Sustainable Tourism, Heritage, Development

Siglas e abreviaturas

AAIM	Associação dos Amigos da Ilha de Moçambique
ACMIM	Associação Cultural das Mulheres da Ilha Moçambique
AHMEIM	Associação Humanitária das Mulheres Empreendedoras da Ilha de Moçambique
APETUR	Associação de Pequenos Empresários de Hotelaria e Turismo da Ilha de Moçambique
ASSOPIMO	Associação de Pescadores da Ilha de Moçambique
CEDIM	Centro de Estudos e Documentação para a Ilha de Moçambique
CMCIM	Conselho Municipal da Cidade da Ilha de Moçambique
DVD	Digital Video Disc (Disco Digital de Vídeo)
EN	Estrada Nacional
FAPF-UEM	Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane
FAPF-UL	Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico da Universidade do Lúrio
GACIM	Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IMC	International Marketing Council (Conselho Internacional de Marketing)
INATUR	Instituto Nacional do Turismo
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza
LEAP	Local Effort and Preservation (Esforço Local e Preservação)
MDG	Millennium Development Goals (Objetivos de Desenvolvimento do Milénio)

ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
SWOT	Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades), Threats (Ameaças)
TGT	Tanzania Gatsby Trust (Programa Hortícola)
UCCLA	União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa
UNEP	Programa Ambiental das Nações Unidas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UN-Habitat	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
Unilúrio	Universidade do Lúrio
ZATI	Zanzibar Association of Tourism Investors (Associação de Investidores de Turismo de Zanzibar)
ZCT	Zanzibar Commission for Tourism (Comissão de Turismo de Zanzibar)
ZTGA	Zanzibar Tourist Guide Association (Associação de Guias Turísticos de Zanzibar)

Sumário

Introdução.....	193
I. A Ilha de Moçambique.....	13
Perceção	13
Uma Ilha no Índico. A área em estudo.....	17
Problemas e desafios.....	33
II. Planeamento, cultura e turismo.....	43
Planeamento e desenvolvimento	43
Cultura, Património e Economia Criativa como oportunidade de Desenvolvimento ...	49
O Produto Turístico.....	63
em África do Sul	63
em Zanzibar, Tanzânia	67
III. A Proposta.....	77
A Estratégia	77
“Ilha como Património”	79
1.Reforçar a atratividade.....	83
Casos de estudo: o país África do Sul e a ilha Zanzibar	83
As ações	89
2.Melhorar qualidade da acessibilidade.....	101
Caso de estudo: Zanzibar, Tanzânia	101
As ações	103
3.Promover espírito de cooperação	109
Caso de estudo: Zanzibar, Tanzânia	111
As ações	111
Considerações Finais	133
Referências Bibliográficas	143
Fontes das Imagens.....	157



Introdução

Nos finais de julho de 2017, sob organização das Universidades de Coimbra e Lúrio, realizaram-se na Ilha de Moçambique, as *Oficinas de Muhipiti: planeamento estratégico, património e desenvolvimento*. O evento tinha como objetivo estudar o impacto que a instalação (em curso) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas teria na Ilha, e como poderia potenciar o desenvolvimento do território. Organizou-se em seis oficinas compostas por alunos e professores de ambas as universidades que desenvolveram soluções para a resolução de algumas das problemáticas existentes na Ilha. O grupo, ao qual pertenci, tinha como objetivo propor um conjunto de estratégias capazes de promover o desenvolvimento sustentado da Ilha, considerando que a instalação da UniLúrio na Ilha podia ter um “extraordinário potencial estratégico, ou seja, suscetível de alavancar a definição e implementação, finalmente, de um modelo de desenvolvimento” (Rossa, Lopes & Gonçalves, 2018, p.13).

A experiência de trabalhar no terreno permitiu criar uma proximidade com a população. A Ilha e todo o contexto estrutural, arquitetura, ambiente e a hospitalidade demonstrada por parte dos locais, marcaram-me a nível académico e pessoal, tornando-se clara a escolha da Ilha de Moçambique como objeto de estudo da minha dissertação de conclusão do Mestrado Integrado em Arquitetura. O objetivo é o desenvolvimento do trabalho realizado nas *Oficinas*, desenvolvendo uma estratégia onde o território e o património cultural são potências para o desenvolvimento sustentado da Ilha. Nas *Oficinas* propusemos como visão “Ancorar a Ilha” — “assente na valorização e na promoção da cultura do mar e da cultura local como fator de desenvolvimento e no reforço da coesão territorial, articulando, por um lado, o território insular com o território continental e também a cidade de Pedra e Cal com a cidade de Macuti” (Calmeiro & Abo, 2018, p.77).

Para além da recente fixação de um polo da UniLúrio na Ilha com a criação e instalação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, existe também a “perspetiva de

MUHIPITI COM VIDA

implantação de outras valências universitárias, envolvendo também a Universidade Eduardo Mondlane” (Rebelo & Gonçalves, 2018, p.242). A presença institucional atrairá estudantes, docentes e investigadores nacionais e estrangeiros, “cujo trabalho se debruce sobre a região, designadamente no que diz respeito ao património, à cultura e à história, aos recursos endógenos e ao próprio turismo” (Rebelo & Gonçalves, 2018, p.242). Proporcionará o incremento de postos de trabalho através do alojamento, restauração, espaços de estudo e lazer e estimulará atividades relacionadas com as ofertas turísticas, também poderá contribuir para o desenvolvimento e melhoria de atividades piscatórias e transformação de produtos endógenos como o sal ou a castanha de caju (Rebelo & Gonçalves, 2018, p.242).

As ambições para o desenvolvimento da Ilha assentam numa estratégia de intervenção que assegure uma Ilha dinâmica do ponto de vista social, económico e cultural. Nas *Oficinas* o nosso objetivo foi a proposta de ações delineadas a partir do “reconhecimento da importância do território e do património cultural da Ilha” (Calmeiro & Aboo, 2018, p.77) capazes de potenciar o desenvolvimento sustentado da Ilha.

Propôs-se três grandes objetivos estratégicos:

- 1- Ilha como Casa, que promove a melhoria das condições de vida das populações.
- 2- Ilha como Património, que propõe a valorização e a promoção do património cultural.
- 3- Ilha com Futuro, que impulsiona o desenvolvimento socioeconómico e a valorização e proteção dos ecossistemas (Calmeiro & Aboo, 2018, p.77).

Nesta dissertação pretende-se começar por compreender o valor histórico-cultural da Ilha de Moçambique e desenvolver o segundo eixo uma vez que, sendo uma dissertação de mestrado em arquitetura, não possuía tempo nem conhecimentos em outras áreas para realizar um plano estratégico de desenvolvimento da Ilha. Assim, propus-me desenvolver uma estratégia a partir da valorização e da promoção do património, divulgando as tradições, a paisagem e a arquitetura que possam estimular a visita à Ilha, dinamizando-a em percursos e atividades com interação da comunidade local para melhoria socioeconómica da mesma.

O turismo pode e deve ter um papel fundamental para o desenvolvimento da Ilha, permitindo o “aumento das receitas fiscais, criação de empregos, oportunidades para pequenas e médias empresas, desenvolvimento de competências, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento económico local, em especial, quando os bens e serviços

são produzidos localmente” (República de Moçambique & Ministério da Cultura e Turismo, 2015, p.5).

A Ilha de Moçambique possui um valor histórico e patrimonial, com influências de várias culturas, foi uma referência de entreposto comercial e a primeira capital Moçambicana.

Ao procurar uma forma de preservação do património, candidatou-se à inscrição na lista do Património Mundial da Humanidade da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO], aceite em 1991. No entanto, este facto quase não tem contribuído para o desenvolvimento da Ilha, em grande medida pela falta de investimento mas essencialmente pela falta de políticas e estratégias para o planeamento desse desenvolvimento.

Hoje é possível avaliar o que tem sido a transformação na Ilha desde a sua inscrição através da comparação entre o Relatório de 1982-1985 (que fundamentou a candidatura à inscrição) e o Relatório de 2011-2012 que tinha precisamente o objetivo de avaliar as mudanças introduzidas.

Segundo Albino Jopela (2015), a fraca gestão é o maior problema da Ilha. A estratégia governamental de conservação utilizada tem consistido numa procura de financiamento internacional, ignorando as medidas que capacitariam as autoridades locais para a conservação. Grande parte das edificações da Ilha encontram-se muito degradadas devido ao fraco investimento mas também de mão-de-obra habilitada para a construção, reabilitação e manutenção. Por outro lado falta envolvimento das partes interessadas e existe um sistema inadequado de governança.

Os esforços para conseguir desenvolver a Ilha têm-se sentido, por exemplo, através da Cooperação Portuguesa, que desde 2005 definiu metas para áreas como a saúde, educação, recuperação do património, desenvolvimento socioeconómico, saneamento e abastecimento de água.

Quando um país, ou uma cidade possui a cultura e um modo de vida tão característicos como a Ilha de Moçambique, esses mesmos recursos patrimoniais e naturais são fundamentais para o desenvolvimento económico através da exploração turística. O turismo apresenta-se como uma atividade importante, com bastantes benefícios económicos para o desenvolvimento de uma localidade. Mas, caso não faça parte de um planeamento estruturado, poderá apresentar malefícios para o meio ambien-

te e para a população local e, segundo a UNESCO (2010) a prática de turismo com o envolvimento da população irá proporcionar a criação de empregos e melhorar a qualidade de vida da comunidade local.

O trabalho teve início num diagnóstico da Ilha, sintetizado num quadro SWOT. Perante as dificuldades apresentadas pela Ilha, considerou-se que uma estratégia que promovesse o turismo, envolvendo a população e os valores culturais da Ilha, poderia fomentar o seu desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da comunidade local. Depois da definição deste objetivo, propôs-se uma metodologia iniciada pela clarificação de conceitos relacionados com planeamento estratégico, desenvolvimento sustentável, cultura e turismo, de forma a suportar a proposta.

A dissertação está dividida em três capítulos. Um primeiro inicia-se com uma descrição pessoal da minha perceção e análise da evolução da Ilha com a sua caracterização, expondo os principais obstáculos para o desenvolvimento da Ilha. A Ilha de Moçambique encontra-se dividida pelos diferentes sistemas construtivos, ou seja, na zona norte situa-se a Cidade de Pedra e Cal e a sul a Cidade de Macuti¹. Muitas propriedades pertencem ao Estado e a aquisição e manutenção das habitações a norte são de valores inatingíveis pelos habitantes, devido à falta de recursos, por isso a maioria da população encontra-se concentrada na Cidade de Macuti.

No segundo capítulo, procura-se fazer um enquadramento de conceitos e teorias para suportar a proposta, analisa-se a importância do planeamento, o conceito de desenvolvimento sustentado e a forma como o património e o turismo podem influenciar o desenvolvimento local. Recorre-se também à análise de dois casos de estudo, situados na proximidade geográfica de Moçambique e onde o turismo tem sido motor de desenvolvimento, situados na África do Sul e na Tanzânia.

O terceiro capítulo apresenta a estratégia sobre como “Ancorar a Ilha”, tendo em consideração que para além da definição dos objetivos a atingir, é importante conseguir detalhar as medidas necessárias a executar. Apresentam-se as ações a realizar, reforçando a atratividade através da criação de uma estratégia de marketing, melhoria da qualidade da acessibilidade através da requalificação dos acessos, e promoção do envolvimento da população, capacitando a comunidade para receber os visitantes e transmitir-lhes a cultura da Ilha, a fim de a desenvolver e melhorar socioeconomicamente.

¹ As duas diferentes zonas de construção, na Ilha, serão definidas por Cidades



I. A Ilha de Moçambique

Perceção

Poder ingressar no projeto das Oficinas de Muhipiti ofereceu-me a oportunidade de conhecer uma cultura diferente.

A viagem foi longa desde Nampula até à Ilha através da EN105, mas permitiu-me contactar diretamente com o comércio característico da castanha de caju, crua ou torrada, e usufruir ao mesmo tempo das paisagens moçambicanas. Por fim, Muhipiti!

A entrada na Ilha cativou-me. Compreendi que a Ilha tinha dimensões reduzidas quando a carrinha abandonou a ponte e observei a praia logo em frente. O verde da relva e o azul do mar induz-nos para uma imagem pura e paradisíaca.

Ao percorrer a Ilha fomos confrontados com a “linha divisória” dos dois métodos construtivos. Saímos da agitação existente na Cidade de Macuti para o sossego das ruas abandonadas de Pedra e Cal e finalmente chegámos à Casa Girassol, o edifício que nos recebeu e uniu, no desejo de contribuir para a evolução da Ilha.



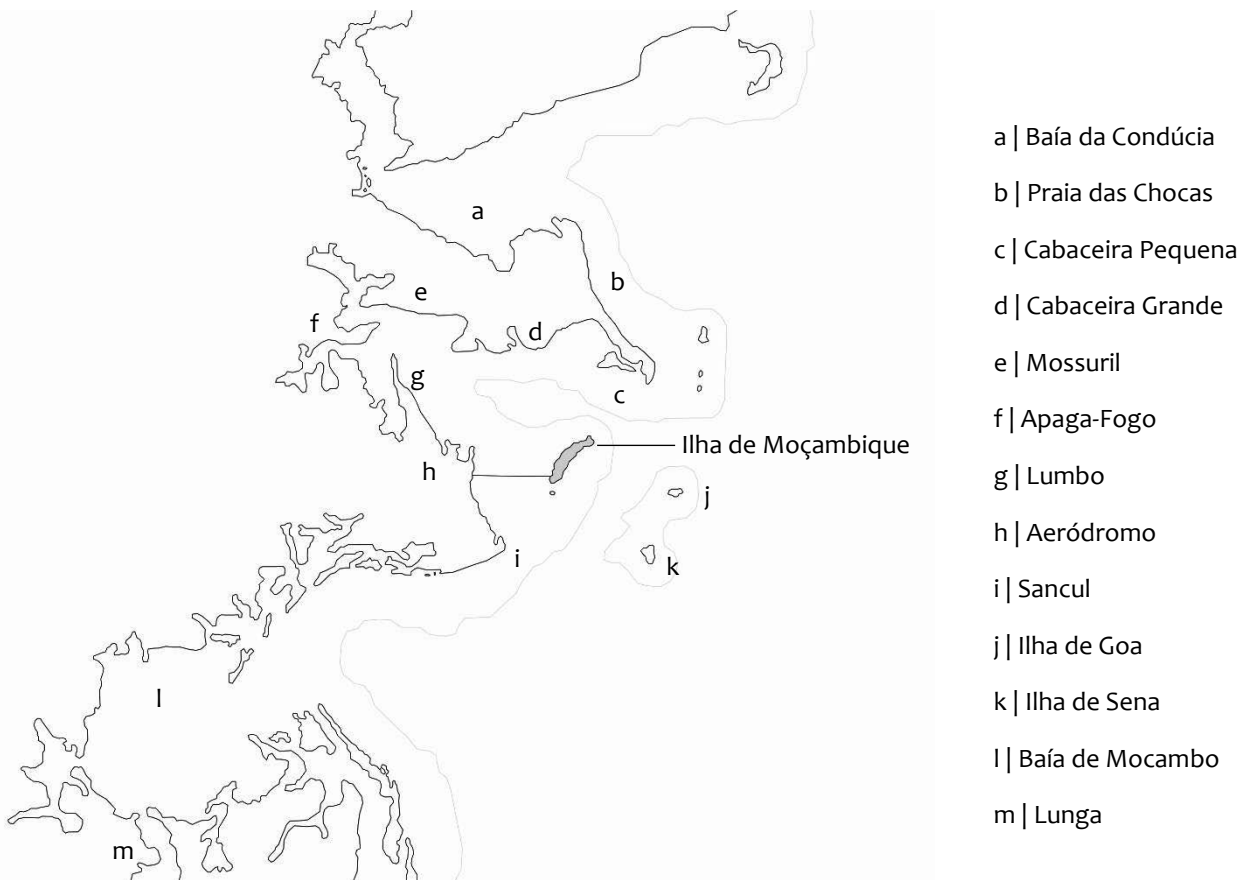
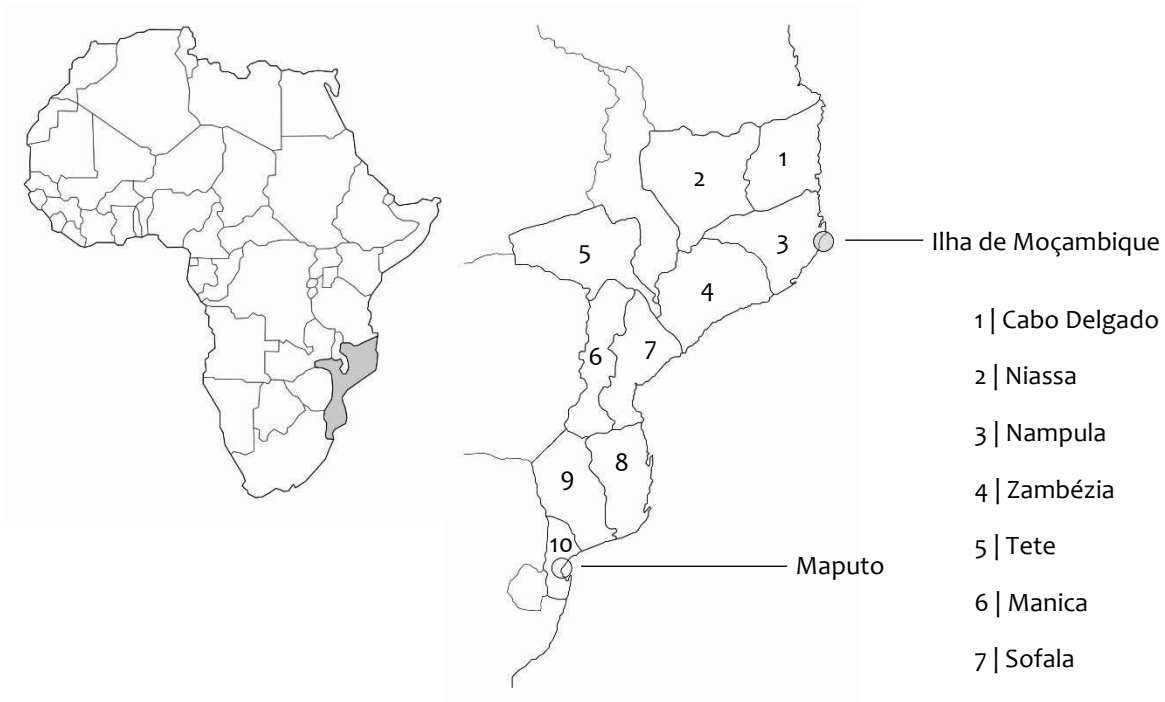


Figura 2 | Localização de Moçambique

Figura 1 | Províncias de Moçambique

Figura 3 | Localização da Ilha de Moçambique

Uma Ilha no Índico. A área em estudo

Moçambique localiza-se no sudeste de África, limitado pelo Oceano Índico a este, pela Tanzânia a norte, por Zimbabué a oeste e África do Sul a sul, está dividido em onze províncias e, desde 1898, tem como capital Maputo. Antes desta data, a capital localizava-se na Ilha de Moçambique, integrada na província de Nampula.

A província de Nampula, localizada a norte do país, está dividida em vinte e três distritos e possui “grandes potencialidades agrícolas e piscatórias” (Secretaria de Estado da Cultura de Moçambique & Arkitektskolen i Aarhus Danmark, 1986, p.37).

O distrito da Ilha de Moçambique é composto pela parte insular (Ilha de Moçambique) e por uma área continental (Lumbo). Possui 184 quilómetros quadrados e cerca de 53 mil habitantes, maioritariamente jovem (Instituto Nacional de Estatística, 2012, p.11).

A administração do distrito é sediada na Ilha de Moçambique e encabeçada por um governador nomeado pelo Governo da Província. Cada uma das localidades é dividida em bairros, chefiados por um secretário.

A cidade insular da Ilha de Moçambique, faz parte de um arquipélago com mais três ilhas de reduzida dimensão e não habitadas: Ilha de Goa, Ilha de Sena e Ilha de S. Lourenço. Localiza-se a quatro quilómetros da costa continental. A sua extensão é de cerca de três quilómetros de comprimento, e entre 200 e 500 metros de largura. “Tem a forma de uma barra com direcção nordeste-sudoeste – protegendo a Baía de Moçambique” (Secretaria de Estado da Cultura de Moçambique & Arkitektskolen i Aarhus Danmark, 1986, p.40).

As trocas comerciais na Ilha iniciaram-se por volta de 500 a.C. com os Persas, Árabes, Indianos, Indonésios e Chineses (Hiemann & Bosch, 2005, p.104), encetando a

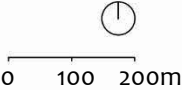


Figura 4 | Ilha de Moçambique

mistura cultural que caracteriza a Ilha. No reinado de D. Manuel, os portugueses, sob o comando de Vasco da Gama, cruzaram os oceanos Atlântico e Índico para consolidar o domínio das rotas comerciais com o continente Asiático. Em 1498, chegaram à Ilha e “Moçambique nasceu aqui... quando os navegadores chegaram” (Macedo, 2014, p.141). Em 1502, foi realizada uma nova viagem de Vasco da Gama e construída uma feitoria portuguesa na Ilha, tornando-se a partir desta data um dos principais pontos de acosto para as embarcações portuguesas.

Em 1868, definiu-se a “linha divisória” da Ilha, estabelecendo-se nesta data, que seria proibido construir ou reconstruir casas indígenas dentro da Cidade de Pedra e Cal.

Enquanto a Cidade de Pedra e Cal, onde se localizavam edifícios administrativos, as residências dos funcionários, comerciantes, militares e religiosos, se erguia ocupando parte do território, com edificações espaçosas e uma estrutura sólida, beneficiada por infraestruturas básicas de saneamento e abastecimento de água; a Cidade de Macuti, com construções mais frágeis, onde se localizavam os escravos, era levantada à medida que se esgotava a pedra na pedreira (Fonseca, 2013, p.93). Assim, “a cidade de Pedra e Cal ocupa três sétimos da área total da Ilha, a cidade de Macuti dois sétimos, e as zonas livres, que incluem a Fortaleza e o cemitério, ocupam os restantes dois sétimos da área” (Secretaria de Estado da Cultura de Moçambique & Arkitektskolen i Aarhus Danmark, 1986, p.43).

A Cidade de Macuti formou-se através da utilização de recursos naturais de fácil aquisição, que permitiam uma construção e manutenção rápida e de baixo custo, como folhas de coqueiro e terra (Omar, 2013, p.32). É composta por quatro bairros: Marangonha, Areal, Santo António e Kirahe, na contra costa, caracterizados “pelo seu traçado regular. Nesta zona, que é afetada pelos ventos do mar e dunas de areia, a pedra não foi extraída de forma intensa, e a maioria da terra permaneceu propriedade do Estado [...] As ruas aqui são longas e direitas” (Secretaria de Estado da Cultura de Moçambique & Arkitektskolen i Aarhus Danmark, 1986, p.141). Outros quatro bairros como Esteu, Litine, Macaribe e Ponta, estenderam-se ao longo da costa, “estabeleceram-se nas antigas pedreiras, cujos terrenos estavam repartidos entre diversos proprietários e arrendatários, razão pela qual eles surgiram com um traçado labiríntico” (Idem). A Cidade de Pedra e Cal e a Cidade de Macuti, formada pelas habitações dos escravos, criaram uma divisão visual perceptível.



Figura 5 | Cidade de Macuti

Figura 6 | Cidade de Pedra e Cal

Depois do abandono dos portugueses do país, em 1976, foi declarada a nacionalização dos solos, e com isto todas as habitações pertencentes a proprietários estrangeiros e moçambicanos não residentes, tornaram-se pertencentes ao Estado (Silva, Derks, Roders, & Hougaard, 2016, p.3). Ou seja, existiu um Banco de propriedades à responsabilidade do Estado.

Em 1977, o Ministério de Educação e Cultura de Moçambique criou “o Serviço Nacional de Museus e Antiguidades para investigar, divulgar e conservar o património cultural nacional” (Hougaard, 2018, p.141). Em 1980, a investigação e conservação ficou ao cuidado de um gabinete de restauro que procurou uma nova interpretação do ambiente urbano (Hougaard, 2018, p.141). Em 1985 o gabinete de restauro ficou inativo devido à Guerra Civil que durou entre 1977 e 1992 mas os resultados das investigações realizadas foram publicados, no mesmo ano, no relatório 1982-85 “Livro Azul”, que constituiu a base para a candidatura da inscrição da Ilha na Lista do Património Mundial da UNESCO (Hougaard, 2018, p.141).

Com a Guerra Civil a decorrer, alguns moçambicanos refugiaram-se na Ilha, ocupando as habitações que tinham sido abandonadas. Após a Guerra, os solos voltaram a ser privatizados, isso permitiu que os antigos donos das propriedades solicitassem a aquisição dos imóveis e permitiu que as empresas construíssem prédios para venda ou arrendamento (Silva, Derks, Roders, & Hougaard, 2016, p.3).

A Ilha é sede de um Conselho Municipal [CMCIM] desde 1997. Em 2007 foi criado o Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique [GACIM], subordinado ao Ministério da Cultura, com o objetivo de promover a proteção do edificado, da história e arqueologia, proteção ambiental e turismo cultural, apoio técnico e capacitação institucional.

Tem existido cooperação/acordo com alguns países para promover melhorias na Ilha. O projeto do *cluster*² da Cooperação Portuguesa em Moçambique, de acordo com o site oficial do Camões Instituto da Cooperação e da Língua, tem dado apoio em áreas como a saúde, a educação, a recuperação do património, o saneamento e o abastecimento de água potável. “A cooperação é um espaço onde intervêm muitos atores, com diferentes modos de teorizar e praticar a sua ação. Esse espaço é multidisciplinar, complexo e com uma grande dinâmica interagindo com a evolução de todos os outros espaços sociais” (Sangreman & Silva, 2012, p.5). As políticas adotadas pelos clusters capacitam as pessoas relativamente à inovação, a criar e aplicar conheci-

² Projeto de Cooperação Internacional.

MUHIPITI COM VIDA

mentos de forma a enfrentar desafios globais e sociais, e melhorar a governação (Sangreman & Silva, 2012, p.25).

O projeto *cluster* tem o apoio da União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa [UCCLA] que visa “mobilizar em torno de uma problemática comum, um conjunto de instituições que de outra forma tenderiam a desenvolver projetos de forma desgarrada, sem economias de escala, sem vantagens de uma abordagem integrada e, quase sempre, sem sustentabilidade, visibilidade ou impacto a longo prazo” (Sangreman & Silva, 2012, p.10). Assim, a UCCLA visa contribuir para o desenvolvimento e bem-estar das populações, monitorizando e promovendo o desenvolvimento sustentado através do apoio a instituições locais, para a realização de projetos de saúde, educação, cultura, infraestruturas, saneamento, ambiente, reabilitação do património, formação empresarial e institucional.

No âmbito da parceria entre a UCCLA com o CMCIM e a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UniLúrio, em março de 2018, foi inaugurado o posto de turismo na praça da Casa Girassol, no Bairro de Pedra e Cal. O edifício foi reabilitado e é composto por uma sala de atendimento e receção, sala de exposições e uma área polivalente com projeções de filmes promocionais. O posto de turismo tem como finalidade dinamizar funcionalmente as instalações para um bom acolhimento de turistas, bem como criar conteúdos promocionais (UCCLA, 2018).

Preocupada com a situação da Ilha, a UNESCO, segundo o seu *site* oficial, contribuiu para a preservação, disponibilizando cerca de 210 mil dólares entre o ano de 1994 a 2009 para um conjunto de intervenções como: a reparação dos telhados do Palácio de São Paulo, reabilitação do Mercado da Ilha de Moçambique, a criação de um plano de gestão/conservação para a Ilha, a reparação estrutural e reconstrução de paredes e fundações defensivas colapsadas da Fortaleza de São Sebastião, assim como em 1999 elaborou um Programa de Desenvolvimento Humano Sustentável e Conservação Integral da Ilha de Moçambique (Hougaard, 2018, p.142). Em 2011 a UNESCO criou ações de formação para guias locais na Ilha. Em 2018 repetiram-se estas sessões, agora organizadas pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e pela UCCLA. Foram oito dias de formação orientada pelo Professor Doutor Vítor Ambrósio (docente da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril) (Alberto, 2018).

O Ministério da Educação e da Cultura de Moçambique elaborou, em 2006, o Plano de Ação para a Gestão do Património Mundial da Ilha de Moçambique (2007-2011); foram

MUHIPITI COM VIDA

também propostas ações ao nível legislativo e institucional com a criação do GACIM; elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Ilha de Moçambique em 2009 (Hougaard, 2018, p.142); elaboração do Plano de Gestão e Conservação 2010-2014, em 2010 (Hougaard, 2018, p.142) cujo objetivo na gestão urbana da ilha era a conservação do património edificado.

Em 2010, a Assembleia Municipal da Ilha de Moçambique, entidade também pertencente ao CMCIM, aprovou o Código de Posturas Municipais com medidas específicas sobre a conservação e restauro do património edificado (Hougaard, 2018, p.142).

Em 2014, na colaboração entre o CMCIM e a Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico da Universidade do Lúrio [FAPF-UL], foi elaborado o Diagnóstico para um Plano de Pormenor da Ilha de Moçambique Insular. Em 2016, um dos temas para as dissertações de licenciatura da FAPF-UL foi o “reordenamento e requalificação das zonas urbanas da entrada e da saída da ponte que liga a Ilha de Moçambique ao continente, sob a forma de um plano de pormenor para estas áreas de transição entre o que é património mundial e o seu subúrbio” (Hougaard, 2018, p.143).

A Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane [FAPF-UEM] apoiou o Ministério da Cultura, durante vários anos, na apreciação dos maiores projetos de reabilitação e na elaboração do Regulamento de Proteção do Património Edificado da Ilha de Moçambique, recentemente aprovado pelo Conselho de Ministros (Hougaard, 2018, p.143). Contudo continua a ser necessária uma assistência técnica no terreno para a gestão diária do património. “A criação do Centro de Estudos e Documentação da Ilha de Moçambique (CEDIM) sob a tutela da Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico da UniLúrio (FAPF-UL) tinha como um dos objetivos enfrentar esta lacuna” (Hougaard, 2018, p.143).

O modo de vida e a cultura da Ilha são influenciados pela religião sendo 90% da população fiéis da religião islâmica, apesar de existirem católicos (Instituto Nacional de Estatística, 2012, p.18).

Associado à predominância de influências islâmicas e associável às particularidades swahilis³, na Ilha de Moçambique existem danças típicas locais, como é o caso do Tufo e da Chacacha. O Tufo é uma dança festiva, preparada nas sedes dos grupos,

³ Cultura à qual elevado número populacional pertence. É o dialeto predominante, apesar da população possuir a língua portuguesa como língua oficial.



Figura 7 | Grupo de Tufo, Estrela Vermelha

Figura 8 | Grupo de Tufo, Forte Amizade

executada por mulheres e acompanhada por instrumentistas homens, que utilizam instrumentos musicais construídos com materiais endógenos e produzidos por carpinteiros locais. Nas suas apresentações, os elementos femininos apresentam-se vestidas com capulanas⁴. Existem quatro grupos de Tufo na Ilha desde os anos 80. A nível nacional, existem festivais de cultura moçambicana, nos quais os grupos de Tufo da Ilha, Estrela Vermelha e Forte Amizade, já participaram.

A Chacacha é um estilo de dança característica do bairro de Santo António. Atualmente só existe um grupo na Ilha e possui três compositoras. Apresenta diferenças em relação ao Tufo, nomeadamente no vestuário, que difere consoante a faixa etária. Os ensaios são realizados nas ruas e espaços vazios por não possuírem sede.

A vegetação e produtos agrícolas, como frutas tropicais, coco, caju, hortaliças e frutos silvestres que eram cultivados na Ilha (Ferreira, 1965, p.2), com a intervenção humana ao longo dos anos, foi diminuindo por não haver espaço para terrenos agrícolas. Atualmente assinala-se “a predominância de árvores ornamentais, tais como a casuarina, plantada ao longo das praias, a palmeira (*Cocos 34 musciferal*), jacarandá (*Jacaranda mimosifolia*), acácia amarela (*Cassia simaea*), acácia vermelha (*Cassia sp*), amargosa (*Azadirachta indica*) e figueira-brava (*Ficus sp*)” (Omar, 2013, p.34). O cultivo de mandioca e milho levou à criação de uma gastronomia característica, com a população a alimentar-se de papas de farinha, tubérculo de mandioca ou chima (milho cozido).

O Oceano Índico, para além de criar uma paisagem única, é rico em peixes e crustáceos de boa qualidade. Ali estão também afundados navios com importância histórica do tempo das trocas marítimas comerciais, é de salientar um barco árabe afundado pelos portugueses ao passar pelo largo da Fortaleza cuja carga foi espalhada pela zona e tendo a água ficado recheada de missangas, moedas e porcelanas de séculos anteriores (Macedo, 2014, p.146).

O artesanato local inclui pinturas e esculturas, sendo a produção de bijuterias consideradas as “joias do mar”, peças com mais valor (“Ilha de Moçambique”, 2009). Vários artesãos mas também crianças procuram estas “missangas do mar”, para que com elas possam produzir bijuteria como colares e pulseiras que depois são vendidas aos visitantes. São feitas com porcelanas e búzios que chegam à Ilha através da ondulação. Segundo o que apurámos no *Oficinas de Muhipiti*, para além dos artesãos de bijuterias,

⁴ Tecido estampado, característico do vestuário da mulher moçambicana, normalmente com cores garridas e variados padrões.



Figura 9 | Oferta turística

existem dois ourives na Cidade de Macuti que executam peças com materiais como moedas antigas, pratas e corais, provenientes de embarcações que afundaram perto da Ilha.

A nível de equipamentos de ensino existem escolas primárias e secundária na Ilha. O ensino técnico e profissional de Administração, Construção Civil, Serralharia Civil, Hotelaria e Restauração é ministrado pela Escola Profissional. A nível universitário existe o polo da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UniLúrio. Existe também formação em artes marciais, representação e guias turísticos.

Existem várias associações locais de apoio à comunidade, para o desenvolvimento da mesma, sendo “porta-voz das necessidades e problemas locais” (Teixeira, 2014, p.25), como a Associação dos Amigos da Ilha de Moçambique [AAIM] (1982), Associação de Pequenos Empresários Turísticos [APETUR] (1999), Associação Cultural das Mulheres [ACMIM] (2009) que valoriza a cultura da dança na Ilha, Associação de Pescadores [ASSOPIMO] (2009), e Associação Humanitária das Mulheres Empreendedoras [AHMEIM] que luta por uma igualdade de género na Ilha (Omar, 2013, p.27).

Na Ilha, para divulgação da sua gastronomia, existe uma feira designada por Tzoziva, onde os ilhéus têm oportunidade de exibirem os seus produtos a residentes e visitantes. Os diversos pratos típicos são confeccionados com produtos locais como matapa de sirissiri, matapa de moringa, chima dekaracata, arroz molokom, camarão fresco ou seco com manga, e djassa. Trata-se de um evento que fomenta o aumento da atratividade turística, realizado nas arcadas do Bairro de Pedra e Cal, animado com música e tem como objetivos a promoção da gastronomia. Permite um rendimento extra para a população local que confeciona estes pratos e que não possui meios financeiros para criar um estabelecimento fixo (“Ilha de Moçambique acolhe nona edição de Tzoziva”, 2014).

De forma mais regular, e de acordo com o *site* oficial do município da Ilha de Moçambique, existem também mercados onde são expostos produtos e onde é demonstrada a vivacidade e a identidade da comunidade. Na Ilha insular existe o Mercado Central, do Peixe, da Noite, Municipal, feira ao domingo e quinta-feira na praia, junto à Igreja de Santo António.

Para acomodar os visitantes existem 20 edifícios com alojamentos e cerca de 15 espaços de restauração. Os serviços turísticos são maioritariamente praticados pelo Genito Magic Tour (Genito Molava), Gito (António Giquira) e Ilha Blue - empresa consolidada por um casal de nacionalidade inglesa e australiana, que dispõe de viagens

em dhows⁵ às ilhas envolventes, observação de baleias, *snorkelling*, aluguer de caiaques e dhows.

⁵ Veleiro tradicional dos pescadores e dos comerciantes.

Problemas e desafios

A história da Ilha, a sua cultura e também as diferenças entre as Cidades de Macuti e a de Pedra e Cal, permitiram a inscrição da Ilha na Lista de Património Mundial em 1991. No entanto, os habitantes não têm tido vantagens com esta inscrição, “a consequente mudança política para uma economia do mercado e a alienação do imobiliário do Estado, complicou a situação” (Hougaard, 2018, p.142). A Ilha enfrentou um período caracterizado pelo aumento exagerado da construção na Cidade de Macuti, ao mesmo tempo que se degradava o património construído na Cidade de Pedra e Cal em grande medida devido à especulação imobiliária baseada na expectativa do desenvolvimento turístico.

Ao pertencer à Lista de Património Mundial da UNESCO, esse país torna-se responsável pela proteção do bem inscrito, salvaguardando-o e impedindo a sua deterioração, não podendo existir intervenções que coloquem em causa a sua autenticidade. No entanto, a pobreza de quem habita a Ilha de Moçambique dificulta a manutenção e a salvaguarda deste património.

A escassez dos materiais de construção, a sua difícil aquisição e a sua fraca qualidade (comparativamente a outros mais modernos) influenciam diretamente a degradação dos edifícios. Existe falta de Macuti na Ilha e é difícil adquirir o material necessário para a manutenção das habitações de Macuti, veem-se por isso, obrigados a utilizar outros materiais que saibam manipular e que se tornem mais fáceis e económicos de encontrar, como o cimento e as chapas metálicas (Jopela, 2015, p.44), garantindo alguma qualidade às habitações relativamente à proteção contra a chuva, mas também fragilidades como as temperaturas altas que provocam e as transformações que alteram a identidade do edificado. No entanto, não existindo recursos acessíveis à população, como se pode preservar a Ilha mantendo e potenciando as características que a tornaram um bem inscrito na Lista do Património Mundial da Humanidade?



Figura 10 | Fraca conservação do património

Figura 11 | Pesca informal

Ao longo dos tempos, o desenvolvimento da Ilha foi dificultado pela má gestão urbana, em que as leis e regulamentos são superados por interesses, práticas e costumes locais, assim como pelas ferramentas de gestão do património edificado que não estão estabelecidas ao nível do município, pois não existe cadastro municipal e o registo de propriedades encontra-se desatualizado, “sendo o último um resultado da alienação do imobiliário em parcelas autónomas de edifícios sem o devido processo legal completado” (Hougaard, 2018, p.145). Atualmente existe incapacidade técnica, a nível local, para fiscalizar obras de restauro, cuja reabilitação dos edifícios fica ao critério dos investidores. Por fim, existe também uma desvalorização e falta de reconhecimento do valor do conjunto de elementos urbanos e arquitetónicos, que convergem para o valor excecional universal da Ilha (Hougaard, 2018, p.145).

Os equipamentos/serviços que se encontravam na Cidade de Pedra e Cal têm sido transferidos para o continente, “esta zona insular já não constitui uma cidade em si, mas antes a antiga baixa de um município, cuja maior área de desenvolvimento se estende à parte continental” (Hougaard, 2018, p.144), promovendo o deslocamento da população.

Na Cidade de Macuti, alguns bairros encontram-se abaixo do nível das águas do mar, sofrendo de falta de ventilação, e a ausência de um sistema de drenagem de águas pluviais funcional conduz à presença de várias inundações durante a época de chuva (de novembro a abril) (Jopela, 2015, p.44).

As instalações sanitárias dentro das habitações são quase inexistentes e as públicas são insuficientes para a totalidade das pessoas, sendo a praia utilizada para as necessidades fisiológicas, o que para além de ser um sério problema de saúde pública, é também um entrave para o desenvolvimento do turismo.

Os espaços públicos encontram-se desqualificados, o pavimento degradado, pondo em causa a mobilidade das pessoas com dificuldades motoras. Existem poucos espaços verdes porque as árvores estão a morrer, as zonas de lazer são desvalorizadas, são raros os bancos de jardim ou até esplanadas, e sem qualidade para desfrutar do ambiente envolvente.

A maioria da população que habita a Ilha vive em situação precária, dedica-se à pesca artesanal em dhows e ao comércio informal. Atualmente as principais atividades económicas situam-se na parte continental e são a agricultura e pecuária, mas também a produção de sal nas salinas do Lumbo. Anteriormente, na parte insular, as principais ativi-



Figura 12 | Nacala Porto

Figura 13 | Chocas Mar

dades eram a agricultura e a produção de sabão, mas com o aumento da construção deixou de haver área para usos agrícolas e a produção de sabão terminou devido à escassez de matéria-prima (Lacerda, 2011, p.50).

O valor histórico e cultural da Ilha atrai visitantes/turistas, mas o turismo não se encontra suficientemente desenvolvido e está a ser promovido apenas por entidades privadas, por isso os lucros maiores acabam por não ficar na Ilha (Jopela, 2015, p.46). “Não havendo mão-de-obra local formada para estas áreas profissionais, o crescimento das atividades deste setor turístico, implicará que apenas os trabalhos não especializados e pior remunerados, serão executados por indivíduos locais” (Teixeira, 2014, p.26).

Apesar de existirem alguns guias turísticos formados (poucos), existem alguns membros da população, principalmente crianças, que informalmente apresentam a Ilha a quem a visita, não garantindo veracidade e qualidade nas suas explicações.

Atualmente, a ligação para o continente é muito frágil. É feita por uma ponte com uma via de circulação, o que limita o tráfego automóvel. Não existe nenhuma ligação marítima. Por outro lado, a estrada que une a parte insular a Nampula carece de requalificações e não existe uma ligação definida e cómoda entre a Ilha e o atual aeródromo do Lumbo, futuro aeroporto. Segundo o *site* oficial do município da Ilha de Moçambique, existem transferes que realizam as ligações de Nacala, Nampula e Pemba à Ilha e também um transporte coletivo duas vezes por dia, todos os dias (mas nem sempre abrangendo a parte insular do distrito).

O fraco desenvolvimento turístico na Ilha tem sido influenciado também pelo aumento do turismo balnear em Nacala Porto que possui aeroporto internacional, e Chocas Mar (na Baía de Mossuril), ambos destinos continentais a norte da Ilha com praias de carácter paradisíaco.

Para sintetizar o diagnóstico da Ilha foi essencial a concretização de uma análise SWOT, que auxiliou a perceção de que a melhoria da qualidade de vida na Ilha passa pela valorização e difusão da cultura e do património, enquanto identidade da comunidade local.

PONTOS FORTES

- Classificação pela UNESCO
- Diversidade cultural (árabes, persas, indianos, chineses, indonésios, portugueses)
- História colonial
- Duas cidades (Macuti e Pedra e Cal)
- Espécies variadas (marinhas e vegetações)
- Pesca, agricultura, pecuária, salinas
- Gastronomia
- Riquezas subaquáticas
- Artesanato (conchas, missangas, moedas, porcelanas)
- Ourivesaria
- Danças (Tufo e Chacacha)
- Mussiro
- Prática de associativismo
- Implantação Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UniLúrio
- População jovem
- Segurança
- Bom acolhimento
- Crescimento populacional
- Experiência de gestão de serviços urbanos

OPORTUNIDADES

- Múltiplos acordos de cooperação
- Exploração de turismo, praia e mergulho
- Diversificação das atividades económicas
- Valorização e aumento do alojamento
- Potencialidade turística

PONTOS FRACOS

- Emprego informal
- Guias turísticos informais (pouca formação)
- Privatização dos solos
- Abandono da Cidade de Pedra e Cal
- Sobrelotação da Cidade de Macuti
- Deterioração material
- Espaços públicos degradados
- Migrações
- Cota da Cidade de Macuti abaixo das águas do mar
- Ausência de um sistema de saneamento
- Poucas instalações sanitárias
- Escassez de mão-de-obra qualificada
- Má ligação à outra margem (continente)
- Pouca limpeza das praias

AMEAÇAS

- Escassez de materiais autênticos
- Aumento das atividades turísticas (Nacala Porto e Chocas Mar na Baía do Mossuril)
- Aumento do custo de vida
- Tendência dos equipamentos para o continente
- Pouco investimento



II. Planeamento, cultura e turismo

Planeamento e desenvolvimento

O planeamento é mais do que o desenho, abrange várias áreas que devem ser articuladas de forma a obterem objetivos comuns. “[...] o processo de elaboração de uma estratégia assenta numa multidisciplinaridade que, como objetivo maior, tenha sempre a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento contínuo e sustentável, sem ignorar os marcos identitários e suportando-se neles para se validar a si mesmo” (Vilarinho, 2017, p.187). Deve basear-se em quatro princípios: planejar em função do futuro, tendo em vista a evolução vantajosa para o local; avaliação contínua, remetendo para ações dinâmicas e flexíveis, onde deve existir acompanhamento dos resultados obtidos e facilidade em fazer alterações; processo participativo, porque outras opiniões dos diversos participantes é importante na fase de diagnóstico para elaborar cenários sólidos e sustentáveis; por fim, gestão territorial (Fonseca & Ramos, 2006, p.4).

Desenvolvimento é o termo utilizado para descrever um processo e o objetivo em que uma sociedade se move a partir de um estado para outro. Trata-se da evolução de uma condição, definida através de custos económicos mínimos levando a um processo de desenvolvimento humano global, conduzido pelo princípio da autossuficiência (Sharpley, 2000, p.4). Contudo, o desenvolvimento não se restringe a um único método, nem implica uma condição única. Entre 1940 e 1960 foi definido como crescimento económico, baseado em medidas de produtividade relacionadas com empregos, salários e níveis de consumo (Labadi, 2018, p.37).

De acordo com o site oficial da Organização das Nações Unidas [ONU], “the global understanding of development has changed over the years, and countries now have agreed that sustainable development [...] offers the best path forward for improving the lives of people everywhere”. O desenvolvimento sustentável combina a

teoria do desenvolvimento com o conceito de sustentabilidade, ou seja, consiste em relações entre o equilíbrio ecológico, social, o combate à pobreza e ao subdesenvolvimento e, em tirar o máximo partido das potencialidades, aumentando-as e não esgotando-as (Rossa, 2017, p.3). Tem como princípio o crescimento justo e equitativo, com oportunidades para a utilização dos recursos por toda a comunidade.

O desenvolvimento sustentável vai promover a melhoria da qualidade de vida da população através da educação, da garantia da satisfação das necessidades básicas, da liberdade política e da decisão local, com níveis populacionais sustentáveis.

Em 1945 surgiu a ONU, uma entidade responsável pelo desenvolvimento e bem-estar dos povos. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial que as transformações económicas e sociais são influenciadas pela ONU sendo que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento atua em 166 países. As suas prioridades são conseguir a cooperação internacional para solucionar problemas, influenciando a vida e o bem-estar das pessoas a nível económico, social e cultural. Segundo o seu site, a orientar “estes esforços está a convicção de que a paz internacional e a segurança duradouras só são possíveis se o desenvolvimento económico e o bem-estar social das pessoas em todos os lugares forem garantidos”.

A Carta das Nações Unidas, assinada no fim da Conferência Internacional, em São Francisco em 1945, sobre a Organização Internacional, define os objetivos de desenvolvimento. Para criar condições de estabilidade e bem-estar, essenciais às relações pacíficas e amistosas entre as Nações, a ONU procura elevar os níveis de vida, com emprego, condições de progresso e desenvolvimento económico e social. A cooperação internacional, de carácter cultural e educacional, surge como solução para os problemas internacionais económicos, de saúde e sociais, como o respeito universal e efetivo dos direitos da humanidade e das liberdades básicas para todos.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio [ODM] da ONU contribuíram para a redução da pobreza e reconhecendo este sucesso, a ONU adotou uma ambiciosa Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Tratam-se de dezassete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável [ODS], sucessores dos oito ODM, abrangentes a diversas áreas e que devem ser implementados em todos os países, incrementando, por exemplo, políticas para promover um turismo sustentável que crie empregos, promova a cultura e produtos locais, e construção de infraestruturas com qualidade.

Também de acordo com o *site* das Nações Unidas, o Programa para o Desenvolvimento trabalha com pessoas de vários níveis da sociedade, para ajudar a construir comunidades que possam resistir, impulsionar e sustentar a melhoria da qualidade de vida de todos. Existem várias agências das Nações Unidas a trabalhar em aspetos específicos do desenvolvimento, nomeadamente a Organização Mundial da Saúde, o Fundo das Nações Unidas para a Infância [UNICEF], a UNESCO e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente [UNEP].

Em 1978, a ONU criou o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos [UN-Habitat] que visa a promoção de cidades social e ambientalmente sustentáveis. Procura oferecer condições habitáveis para todos, combatendo o crescimento acelerado e muitas vezes descontrolado das cidades. Conforme o que está disponível no *site* da UN-Habitat, esta concentra-se em sete áreas, como legislação urbana, planeamento urbano, economia urbana, serviços básicos urbanos, urbanização de favelas, redução de riscos e desenvolvimento de capacidades, tem como objetivo a obtenção de cidades planeadas, bem governadas e eficientes, com habitações adequadas, acesso universal ao emprego, água, energia e saneamento. Assim, a agência auxilia os governos na criação e implementação de estratégias de desenvolvimento socioeconómico local, propõe estimular a comunidade local para gerar bons resultados, pois "o que falta é simples: reconhecer o que há de bom e desenvolvê-lo de forma integrada, começando pelas pessoas" (Rossa, 2017, p.2).

Cultura, Património e Economia Criativa como oportunidade de Desenvolvimento

A cultura e património foram frequentemente considerados um entrave ao desenvolvimento económico, inibidores em termos de progresso (Labadi, 2018, p.38). Mas a cultura em todas as suas dimensões é um componente fundamental do desenvolvimento sustentável. A cultura possui importância para o bem-estar das comunidades por ser um veículo de transmissão de expressões e valores. O aumento das atividades culturais, a liberdade e a oportunidade em participar nelas são demonstrativas de desenvolvimento. O património cultural é importante para demonstrar evidências físicas das relações pacíficas entre diferentes comunidades (Labadi, 2018, p.42).

A cultura é considerada como o conjunto de características distintivas a nível espiritual, material e intelectual de uma sociedade, abrange arte e literatura, mas também estilos de vida, formas de convivência, tradições e crenças (Schmidt, 2014, p.149). “Culture is precisely the medium through which individuals express their ability to fulfil themselves and is therefore an integral part of development” (UNESCO, 2010, p.3).

Esta expressa-se no edificado, na paisagem, no artesanato, nas danças e na gastronomia. O património tangível e intangível revela-se um fator importante para a melhoria da economia, para a promoção do desenvolvimento, para a estabilidade social, e para a proteção ambiental.

“Culture can contribute to the MDGs by helping to build strong, self-reliant communities” (UNESCO, 2010, p.14). Permite um desenvolvimento inclusivo e equitativo centrado na comunidade, assim o desenvolvimento não poderá ser sustentável se não incluir a cultura local. Por isso, segundo a UNESCO, “posicionar a cultura no cerne das

políticas de desenvolvimento constitui um investimento fundamental no futuro do mundo e uma pré condição para um processo de globalização bem-sucedido, que integra o princípio da diversidade cultural”.

Durante as Guerras Mundiais, a devastação causada levou a uma perda significativa do património cultural e natural. Em 1945, surgiu a UNESCO com o objetivo de reconhecer o valor do património. Atualmente, os desastres naturais, a urbanização mal planeada, a pobreza e o turismo em massa continuam a ameaçar o património mundial. Assim, o papel da UNESCO consiste em incentivar os países a cooperarem na conservação do mesmo (Governo da Região Administrativa Especial de Macau, s.d., p.1). O desenvolvimento cultural acelerou porque a UNESCO tem defendido a cultura e o património, tornando-os motor e facilitador do desenvolvimento sustentável (Labadi, 2018, p.46).

O património imaterial define-se como “the practices, representations, expressions, knowledge, skills – as well as the instruments, objects, artefacts and cultural spaces associated therewith – that communities, groups and, in some cases, individuals recognize as part of their cultural heritage” (UNESCO, 2006, p.62). O património cultural é frágil e suscetível às pressões da modernidade, da globalização e transformação social, associadas à falta de recursos para a sua salvaguarda, deram origem a ameaças de deterioração, desaparecimento e destruição do património cultural imaterial (UNESCO, 2006, p.62).

Em 1972 a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural procurou dar resposta à preocupação sobre o estado da conservação do património cultural e natural mundial. Os países reconheceram que vários locais e bens, localizados nos seus territórios, se deveriam assumir como uma responsabilidade de cooperação internacional (Governo da Região Administrativa Especial de Macau, s.d., p.1).

Segundo a UNESCO, o Património Mundial é a designação atribuída a lugares ou bens com valor excecional. “Existem duas categorias de Património Mundial no contexto da Convenção do Património Mundial: Património Cultural Mundial e Património Natural Mundial”. O Património Cultural é dividido em três categorias, a primeira: Monumentos, define-se por obras arquitetónicas, obras monumentais de escultura e pintura, cavernas habitacionais, e/ou elementos com valor universal a nível artístico ou científico; a segunda designa-se por Grupos de Edifícios e refere-se a agrupamentos que, pela sua arquitetura ou enquadramento paisagístico, tenham valor universal excecional do ponto de vista

histórico, artístico ou científico; por último, Sítios, refere-se a espaços arqueológicos com valor universal do ponto de vista histórico, etnológico ou antropológico (Governo da Região Administrativa Especial de Macau, s.d., p.6).

O conceito de Património Mundial foi concebido pela necessidade de proteger o património universal excecional que tem sido ameaçado por projetos de infraestrutura e desenvolvimento económico desadequados.

A inscrição de bens na Lista do Património Mundial é decidida pelo Comité do Património Mundial da UNESCO uma vez por ano. O Comité funciona com o apoio técnico do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios [ICOMOS] e da União para a Conservação Mundial [IUCN]. O ICOMOS prepara relatórios de avaliação sobre bens culturais, enquanto a IUCN prepara avaliações técnicas sobre os bens do património natural e sobre o estado de conservação do património já inscrito (Governo da Região Administrativa Especial de Macau, s.d., p.9).

Segundo o que foi estabelecido na Convenção em 1972, quando ocorre uma inscrição na Lista do Património Mundial, o governo do país compromete-se formalmente na preservação patrimonial, obedecendo a critérios impostos pela inscrição. O estatuto de património mundial e a intensificação do cuidado do património, são vistos como estratégias para reforçar a competitividade e atratividade dos lugares, com objetivos políticos e económicos definidos. “[...] os países com acervos patrimoniais mais valiosos ou mais valorizados pela indústria turística empenharam-se, na última década, em reforçar a competitividade dos seus mercados turísticos por via da aquisição e afirmação de uma imagem de marca sustentada pelo estatuto de património mundial” (Peixoto, 2000, p.11).

Os destinos, ao serem reconhecidos como Património Mundial, podem transformar-se rapidamente em locais turísticos. Esta é uma das razões que leva os países a procurar inscreverem-se, juntamente, claro, com razões respeitantes à proteção dos lugares, paisagens e espécies, aumento do perfil internacional e designação de prestígio (UNESCO, 2006, p.18). O aumento da exposição e da popularidade de um destino pode gerar benefícios económicos significativos, mas é importante que este aumento da atividade turística seja gerido e controlado de forma eficaz para garantir a sua sustentabilidade (UNESCO, 2006, p.19).

A proteção, preservação e revitalização do património cultural estão dependentes de políticas que necessitam de financiamento para serem executadas mas, quando gerido

criativamente, permite que a cultura produza rendimentos e oportunidades de emprego (UNESCO, 2006, p.48).

O património tornou-se uma grande fonte de desenvolvimento, e a ação desenvolvida pela UNESCO na identificação de bens culturais tem contribuído para apoiar essa indústria, ajudando os países na proteção do património, na melhoria das suas práticas de gestão e políticas, capacitando e consciencializando as comunidades para um aumento de empregos e de rendimento económico. O reconhecimento e promoção do património fortaleceu os laços entre os países através de programas e políticas de cooperação.

Em 1998, em Estocolmo, realizou-se a Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento, onde se reconheceu que, para que a política cultural seja trazida para o centro da discussão, são necessários avanços como o reconhecimento do multiculturalismo, em que os governos precisam de reconhecer a diversidade cultural e ser capaz de geri-la criativamente (UNESCO, 2006, p.47).

O património é a identidade das comunidades e a criatividade contribui para a construção de sociedades inclusivas e mudança das instabilidades económicas. A herança patrimonial, juntamente com a criatividade, são as bases para sociedades inovadoras e prósperas consciencializadas de que beneficiarão com a preservação do património, participando no seu desenvolvimento (Labadi, 2018, p.43).

Compreender como o turismo pode promover a proteção do património edificado e da cultura é a uma questão fundamental relativamente à relação turismo e património.

O turismo sustentável refere-se a um tipo de turismo que “takes full account of its current and future economic, social and environmental impacts, addressing the needs of visitors, the industry, the environment, and host communities” (The World Bank Group, 2017, p.5).

Semelhante ao desenvolvimento sustentável, o turismo sustentável tem como objetivos a melhoria das necessidades básicas e a autoconfiança da comunidade local. “Sustainable tourism strategies in practice tend to focus almost exclusively on localised, relatively small-scale development projects, rarely transcending local or regional boundaries, or on particular industry sectors” (Sharpley, 2000, p.8).

Incide precisamente, na capacidade que as atividades turísticas possuem para inclusão das comunidades locais e melhoria da sua qualidade de vida. Quando adequadamente planeado e monitorizado, o turismo sustentável pode contribuir para

melhorar os meios de subsistência, para a inclusão (ao gerar oportunidades para todos), para a preservação da herança cultural e a proteção dos recursos naturais. Segundo a World Bank Group (2017, p.15), “tourism employs 292 million people worldwide, wich means that one in every ten jobs is related to tourism”, contribui também para o desenvolvimento de novas infraestruturas “such as airports, roads, water supply, energy, medical services, mobile phone networks, and health and safety services that are enjoyed by tourists and locals alike” (Idem, p.10).

As atividades turísticas aumentam as oportunidades de emprego tanto em áreas urbanas como rurais, incluindo mulheres e jovens (UNESCO, 2006, p.26).

Os patrimónios tangível e intangível são características identitárias que facilitam o diálogo e a troca intercultural e incutem sentimentos de pertença a uma comunidade diferente. Os objetivos de diálogo entre culturas podem ser alcançados se forem estabelecidas políticas e atividades, resultantes das relações de dualidade entre turismo e cultura (UNESCO, 2006, p.4), ultrapassando o objetivo de desenvolvimento económico e tornando-se parte integrante do desenvolvimento humano. Assim, o bem-estar social e os direitos humanos são alcançados através do intercâmbio cultural (UNESCO, 2006, p.15).

Apesar da evidência positiva do impacto do desenvolvimento do turismo nas comunidades, a realidade é que, em muitos países, o investimento e o controlo são realizados por terceiros e as comunidades locais têm apenas acesso a trabalhos inferiores, o que pode facilmente levar a efeitos negativos como o esgotamento de recursos e perda de características culturais (Binns & Nel, 2002, p.238). O turismo mal planeado pode levar à degradação ambiental, à destruição dos recursos patrimoniais e à naturalização dos estereótipos culturais. O turismo pode ter efeitos reversos aos objetivos definidos pela UNESCO devido a comportamentos exploradores e à fraca sensibilização das comunidades locais para a preservação dos recursos patrimoniais (UNESCO, 2006, p.57).

A UNESCO, através da Agenda de Turismo, Cultura e Desenvolvimento pretende contribuir para a criação de um turismo mais exigente “recognises the principles of cultural diversity, the preservation of fragile, cultural and natural resources, their mobilisation for sustainable development and poverty alleviation, and the expression of socially differentiated cultural identities” (UNESCO, 2006, p.57), encorajando a comunidade local para a preservação do património.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a capacitação é uma das mais importantes ações que visa desenvolver e reforçar os recursos humanos e capacidades institucionais, a fim de implementar o turismo sustentável (UNESCO, 2006,

p.50). No turismo sustentável, a diversidade patrimonial pode ser estruturada em programas de desenvolvimento que envolvam a comunidade local, não só na fase de criação dos projetos, mas também na sua gestão, desenvolvimento e concretização (UNESCO, 2006, p.51).

Em 1989, a Recomendação da UNESCO sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular surge como o primeiro documento a reconhecer a necessidade de proteger as formas e expressões da cultura como um recurso, mas também para capacitar as comunidades na mobilização e recriação desses recursos, contribuindo para o enriquecimento da diversidade cultural e criatividade humana (UNESCO, 2006, p.63).

Na história antiga, as nações, através de rotas, partilhavam conhecimentos, crenças, ideias, habilidades e bens. Estas rotas desenvolveram-se entre fronteiras políticas e administrativas, por razões comerciais e religiosas (UNESCO, 2006, p.31). Atualmente, nas atividades turísticas, as rotas permitem aos visitantes vivenciarem o estilo de vida da comunidade que os recebe. A comunidade local é estimulada para implementar e promover atividades que satisfaçam as necessidades dos visitantes, que atualmente procuram “viver experiências e aprender sobre a forma de viver da população local” (Ministério da Cultura e Turismo, 2015, p.24).

Na região de Masaya, Nicarágua, foi desenvolvida uma rota turística que permitiu o reconhecimento das potencialidades artesanais locais (UNESCO, 2006, p.64). Para uma explicação qualitativa da cultura, os guias desempenham um papel importante. O turismo é considerado uma das fontes fundamentais para revitalização dos ofícios e profissões tradicionais, na criação de novas atividades, assim como melhoria dos alojamentos e áreas de receção (UNESCO, 2006, p.67). Gerar emprego e rendas locais, através da proteção, promoção e sustentabilidade do património natural e cultural, assim como desenvolvimento de atividades económicas sustentáveis no setor do turismo, promoverá a redução da pobreza.

O programa Local Effort And Preservation [LEAP] da UNESCO incentiva as pessoas que vivem em locais com património inscrito a assumir um papel de liderança na gestão local e conservação preventiva, mas também na interpretação local aos visitantes. O projeto promove o desenvolvimento do turismo para a redução da pobreza, da migração rural-urbana, e conservação do património cultural e natural, aumentando o emprego local através de formações e aquisição de competências profissionais, desenvolvimento de alojamento em propriedades familiares e na produção e venda de artesanato (UNESCO, 2006, p.73).

A política de turismo requer uma coordenação entre ambiente, património, planeamento, imigração, transportes, segurança pública, saúde, agricultura e água, exigindo uma cooperação entre as instituições para que possam ser identificados objetivos comuns (UNESCO, 2006, p.46).

A nível mundial, as indústrias culturais “including cultural goods, services, activities, cultural tourism, and museums” (UNESCO, 2010, p.8) representam mais de 7% do Produto Interno Bruto [PIB] e o turismo cultural, em 2007, representava 40% do rendimento do turismo. “Cultural diversity creates a rich and varied world, which increases the range of choices and nurtures human capacities and values, and therefore is a mainspring for sustainable development for communities, peoples and nations” (UNESCO, 2010, p.9).

O turismo cultural criativo, como ramificação do turismo sustentável, exige produtos inovadores e desenvolvidos de forma a não comprometer a integridade cultural das comunidades de acolhimento, maximizando os benefícios sociais, económicos e ambientais. “Harnessing the cultural creativity of communities is a significant strategy in encouraging greater participation in the tourism development process and can assist in spreading the benefits of tourism throughout society” (UNESCO, 2006, p.21).

A ideia de economia criativa “is difficult to express but in part it is the result of the dynamic process by which cultures interact with their environments, other cultures, and undergo a learning process in order they can adapt and survive” (UNESCO, 2006, p.20). Os visitantes envolvem-se com a herança cultural de um destino através das formas intangíveis, como o passado incutido nos comportamentos e nas práticas contemporâneas da comunidade local, na gastronomia local, artesanato, modo de vida tradicional e formas de expressão artística. Qualquer proposta de turismo criativo deverá ser estruturada de forma a privilegiar vínculos explícitos entre o turismo, as atividades culturais e criativas e, assim, a população (Creatour, 2017, p.5). Para garantir a comodidade do turismo e do destino, os vários intermediários (operadores turísticos e guias) deverão possuir conhecimentos locais, relativamente às normas culturais e possíveis sensibilidades, para poderem comunicá-las com integridade ao visitante (UNESCO, 2006, p.32), sendo importante “apostar na formação criativa de habitantes locais para criar produtos únicos, gerar novos empregos no setor do turismo criativo, desenvolver as infraestruturas locais, e fortalecer políticas de suporte ao desenvolvimento do turismo criativo” (Carvalho, Lima, & Kastenholtz, 2014, p.638).

O Produto Turístico

Para conseguir propor uma estratégia foi importante também a procura de exemplos em que o turismo permitiu o desenvolvimento de uma região. Assim, devido à proximidade geográfica, analisam-se duas pequenas zonas de África do Sul e Zanzibar, na Tanzânia, tendo em consideração que se trata de países diferentes de Moçambique e, por isso, com estruturas políticas distintas.

em África do Sul

“Economic change and crisis, combined with a legacy of racially based discrimination and poverty, are serving as a basis to motivate the identification and pursuit of new development options in the tourism sector, in post apartheid South Africa” (Binns & Nel, 2002, p.236).

Em 1996, o Livro Branco do Turismo de África do Sul identificou a necessidade de promover a participação da comunidade no turismo, enquanto as autoridades locais iniciavam estratégias de desenvolvimento do turismo cultural com a promoção do artesanato e dos alojamentos criados pós-apartheid (Binns & Nel, 2002, p.236). Dentro deste contexto, o desenvolvimento da economia local pela utilização dos recursos e das competências locais, é reconhecido pelo governo como fundamental para originar a mudança económica e aliviar a pobreza.

Embora África do Sul seja considerado um país de rendimento médio, é caracterizado pela enorme desigualdade social e elevados níveis de pobreza. Em resposta direta à situação económica das áreas mais pobres, o governo Sul-Africano tem procurado o crescimento económico local como parte da sua estratégia de desenvolvimento. Os patrimónios natural e cultural de África do Sul tornam o destino turístico apazível, com potencial de crescimento, sendo uma atividade sobre a qual o governo, empresários e

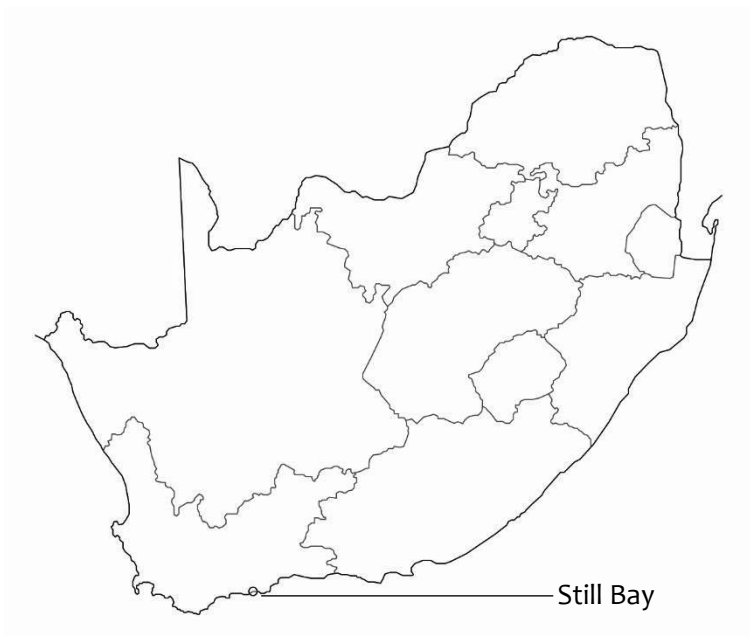


Figura 14 | Localização de África do Sul

Figura 15 | Localização de Still Bay

comunidade se concentram. Em 1998, a indústria do turismo contribuiu em 8,2% para o PIB de África do Sul e em 7% do emprego total (Binns & Nel, 2002, p.236).

Em várias localidades do país, o desenvolvimento é alcançado através da promoção do turismo focando-se na comunidade, ao criar um conjunto de programas destinados a tornar os lugares mais atraentes para fins de consumo, entretenimento e/ou recreação através da realização de festivais culturais e artísticos, de programas de desenvolvimento urbano, e de promoção de rotas turísticas (Binns & Nel, 2002, p.239).

A pequena cidade costeira de Still Bay, situada na costa sul da província do Cabo Ocidental, apresenta potencialidades turísticas como as paisagens e as praias.

Os empreendedores são líderes comunitários e as organizações comunitárias estabelecidas exercem um papel de liderança (Binns & Nel, 2002, p.240). A prioridade do governo local foi fornecer instalações necessárias à saúde e bem-estar social, nomeadamente uma clínica e um centro de cuidados para os idosos (Binns & Nel, 2002, p.241). Posteriormente, a construção de habitações e melhorias nas instalações educacionais, com o apoio do governo local, da comunidade local e do apelo aos órgãos governamentais externos. Apesar disso, ainda era necessário a criação de empregos, bem como elevar os padrões de vida na cidade.

O desenvolvimento do turismo surgiu a partir do reconhecimento de que ainda faltavam políticas para Still Bay resolver as suas dificuldades, de forma independente para atingir o desenvolvimento económico sustentável (Binns & Nel, 2002, p.241).

Assim, a partir dos anos 90, a beleza natural e a tranquilidade da área foram promovidas e divulgadas numa estratégia de marketing para atrair turistas, usando o slogan "*The Bay of Sleeping Beauty*", supervisionada por dois gabinetes de turismo da cidade. A campanha levou a um investimento significativo do setor privado que criou postos de emprego para ex-pescadores e desempregados (Binns & Nel, 2002, p.242).

As ofertas turísticas promovidas e divulgadas incluem as praias, a tranquilidade da área, o património arqueológico, as construções tradicionais das habitações pós-apartheid, o festival anual da cidade, passeios para a observação de baleias, eventos desportivos, o jardim botânico onde estão reunidas plantas de toda a região, um centro comunitário de artesanato que fabrica e comercializa produtos exclusivos (Binns & Nel, 2002, p.242).

O desenvolvimento do turismo com base nas características da cidade, proporcionou um aumento no número de turistas, sendo apenas alguns milhares no início



Figura 16 | Still Bay

de 1990 e atingindo cerca de 25 000 em 1999. Com isso ocorreu a expansão do número de empresas, de pouco mais de 60 em 1990 passou para 191 em 2001, criando cerca de 700 postos de trabalho permanentes (Binns & Nel, 2002, p.242). Estes novos postos de trabalho provêm do setor empresarial em crescimento, serviço doméstico em habitações recém-construídas, e setor da construção civil. Assim, o desemprego em Still Bay diminuiu de 85% para quase zero (Binns & Nel, 2002, p.244).

Este exemplo revela o potencial dos agentes locais ao procurar em conjunto melhorar as condições sociais e económicas através da utilização dos recursos locais. O turismo e as potências locais servem como catalisadores para o desenvolvimento económico e social (Binns & Nel, 2002, p.244).

em Zanzibar, Tanzânia

O setor do turismo em Zanzibar era considerado desorganizado e os investimentos partiam de interesses estrangeiros, por isso o seu desenvolvimento tinha pouco impacto na melhoria da economia local (Rotarou, 2014, p.252). Apenas em 1980 é que o turismo começou a ser um setor de investimento público, como já acontecia na agricultura e indústria.

“Due to tourist industry growth and prospects, competition in the use of tourism resources is likely to expand and understanding how local communities participate in and benefit from the industry towards improving their livelihoods” (Ramadhani, 2013, p.1108).

O desenvolvimento da indústria do turismo em Zanzibar impulsionou vários benefícios como a criação de empregos e a melhoria das infraestruturas, mas também provocou má gestão social e ambiental (Ramadhani, 2013, p.1108).

As principais dificuldades, inicialmente, assentavam nas fracas ligações existentes com a comunidade local, na incapacidade da introdução e cumprimento das leis, fraca qualificação da população local e interesses económicos de investidores estrangeiros (Ramadhani, 2013, p.1109).

Atualmente o turismo é uma atividade em crescimento, que sustenta a vida dos moradores de Zanzibar e da nação em geral. O Governo, o setor privado e as Organizações Não Governamentais [ONG] têm deliberado esforços para fortalecer o papel do turismo, incentivando as comunidades locais a envolverem-se no setor e, com isso, reduzirem as

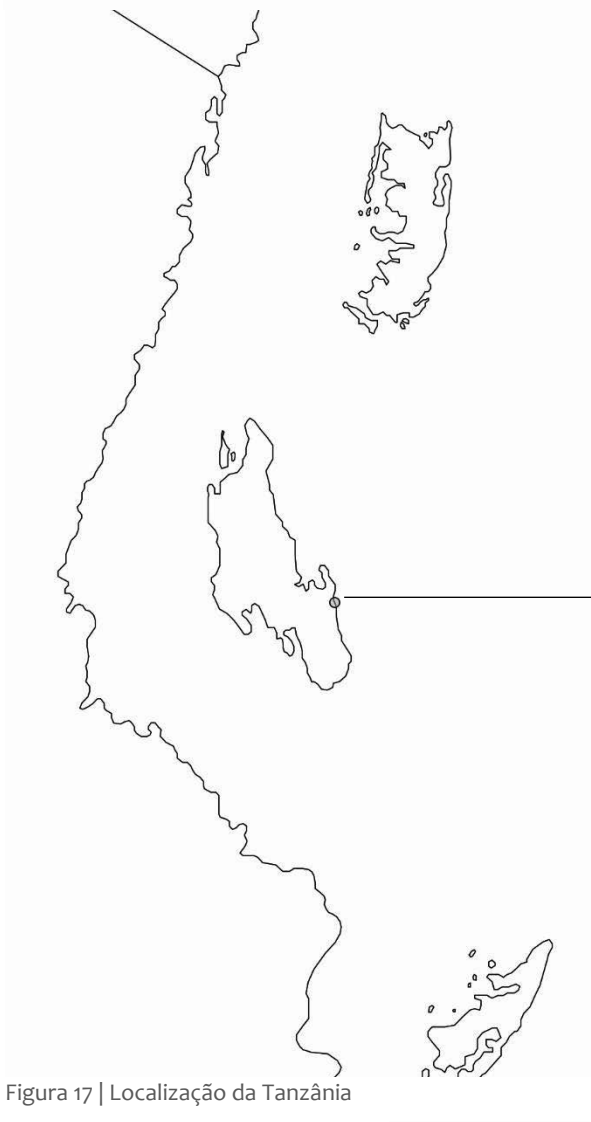
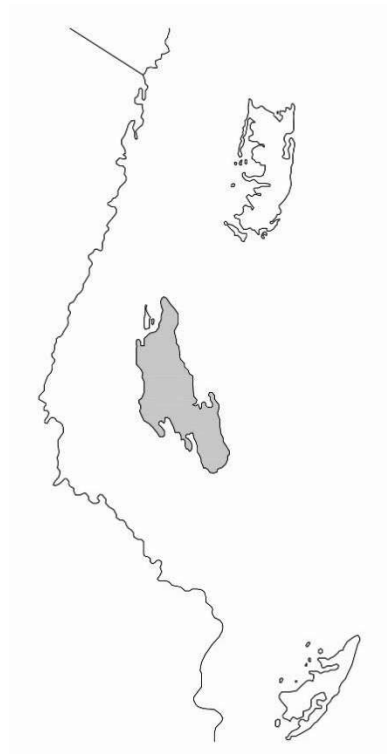
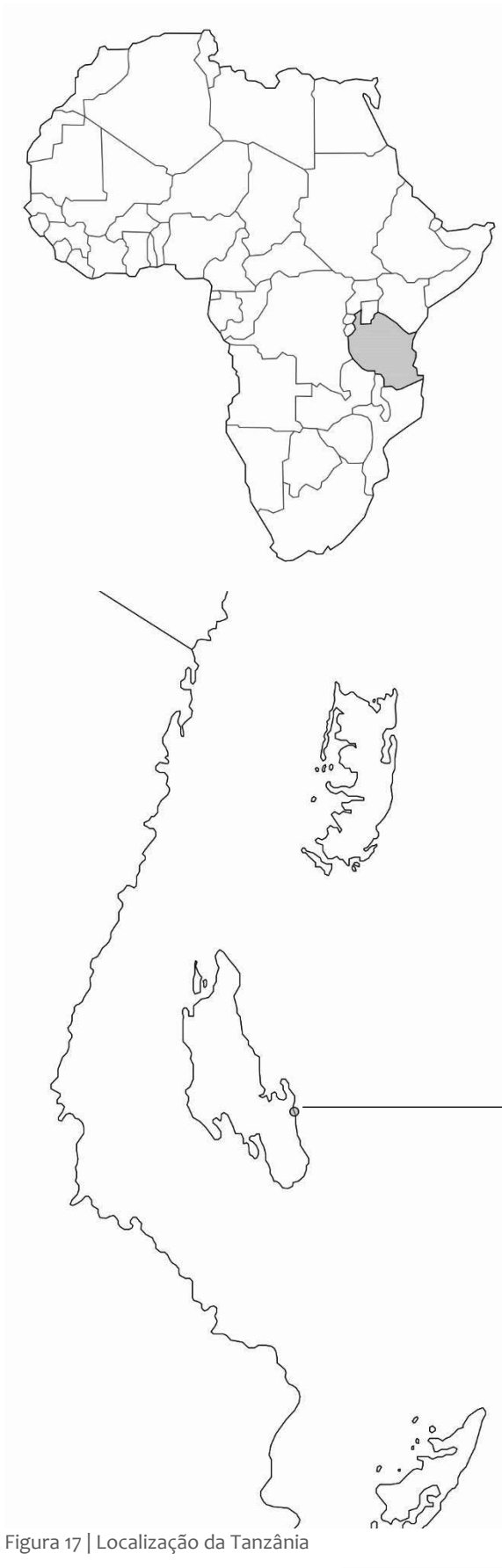


Figura 17 | Localização da Tanzânia

Figura 18 | Localização de Zanzibar

Figura 19 | Localização de Bwejuu Village

carências socioeconómicas das suas famílias (Ramadhani, 2013, p.1109).

Em 2015, adotou-se a Estratégia Nacional de Desenvolvimento para urbanizar as Ilhas, baseando-se nos aspetos culturais como dinamizadores e facilitadores do desenvolvimento sustentável (Juma, 2018, p.258).

Os produtos, as atividades e as atrações que Zanzibar tem para oferecer são muito variadas, fomentando os vários tipos de turismo (banhar com passeios de barco e mergulho, de natureza com observação de golfinhos, cultural e tradição com passeios na cidade, história e arqueologia, arte, gastronomia e/ou científica) (Serengeti & Advisers & Acorn Tourism Consulting, 2010, p.10).

O envolvimento das comunidades locais torna-as partes interessadas e parceiros na tomada de decisões, este envolvimento atribuiu credibilidade e criou espaço para reconhecer, respeitar e incluir os valores transmitidos pelos conhecimentos cultural e ambiental das comunidades (Juma, 2018, p.265).

A integração dos aspetos culturais e patrimoniais como valores de desenvolvimento podem ser aplicados em outros lugares. Esta aplicação vai incutir consciência cívica nos habitantes através de um planeamento desenvolvido pela comunidade. Um planeamento baseado no equilíbrio entre conservação e desenvolvimento vai criar parcerias sólidas para o desenvolvimento sustentável e incentiva a parcerias de trabalho (Juma, 2018, p.265).

Bwejuu Village é uma das aldeias no destino turístico de Zanzibar, fica situada na Costa Leste no Distrito Sul de Unguja, a cerca de 45 km da Cidade de Pedra de Zanzibar.

A pesca é a principal atividade económica de Bwejuu Village, seguida do turismo em que a comunidade envolvida é reduzida, com faixas etárias a variar entre os 21 e 30 anos de idade (Ramadhani, 2013, p.1109). Provavelmente, devido à existência de conflitos e confrontos entre investidores turísticos, o governo e a população local. Esta situação limita o crescimento económico e o desenvolvimento.

A educação é um fator importante para o fortalecimento da indústria turística em Zanzibar, capacitando os moradores a falar e escrever em Inglês e noutras línguas estrangeiras. Assim 46,3% têm o ensino médio, 30% têm ensino fundamental, 10,8% têm diploma, 1,4% têm nível superior e aqueles sem formação educacional correspondem a 0,7% (Ramadhani, 2013, p.1109).



Figura 20 | Bwejuu Village

Figura 21 | Bungalow em Bwejuu Village

A nível de alojamento, os cerca de 27 hotéis e bungalows situam-se na área de atração turística de Bwejuu Village. Dezassete são propriedade de investidores estrangeiros e os restantes dez pertencem a residentes. A comunidade participa nas atrações turísticas dos hotéis, disponibilizando os seus recursos, mas o nível de participação limita os moradores locais com as vagas disponíveis e a colocação em quadros não qualificados, com baixos salários (Ramadhani, 2013, p.1110).

A Bwejuu Village está rodeada por uma praia de areia branca na sua parte oriental, com aproximadamente 15km que é uma atração para os visitantes (Ramadhani, 2013, p.1110). Os moradores participam em grupos de voluntariado a fim de limpar e proteger a praia, contrariando as más práticas existentes.

Para além da praia, as ofertas existentes são lagoas de cultivo de algas marinhas, observação de recifes de coral e lagoas com criações de peixes, e aluguer de barcos à vela, em que os benefícios económicos acumulados na sua maioria são para subsistência e para manutenção de equipamentos (Ramadhani, 2013, p.1112).

Os espaços identitários existentes em Bwejuu Village são uma mesquita árabe e várias cavernas, onde as visitas são limitadas pelas normas e regras islâmicas. O governo tem como compromisso a manutenção e educação dos moradores relativamente à importância destes locais.

O governo de Zanzibar é essencial na promoção do turismo, desempenhando a gestão, a coordenação e a supervisão da atividade em Zanzibar, tendo como objetivo o desenvolvimento e a promulgação da política do turismo, através de legislações e planos, incentivo às comunidades locais para participarem e garantirem benefícios do turismo, e procura garantir também um ambiente propício para todos os atores envolvidos nas atividades de turismo (Ramadhani, 2013, p.1115) ao gerar remuneração, atividades de lazer, educação, saúde e construção civil como infraestruturas úteis também para outros setores da economia.

A comunidade de Bwejuu Village está envolvida nas atividades e participa ativamente na implementação, monitorização e avaliação das atividades desenvolvidas nos alojamentos, beneficiando da participação e mobilização dos visitantes, mas é confrontada com algumas dificuldades como a prática de pesca ilegal, a fraca formação em turismo, o nível de pobreza e os fracos conhecimentos em inglês, que dificultam o envolvimento da comunidade por não estarem preparados nem conscientes do impacto do turismo (Ramadhani, 2013, p.112).

O turismo pode transformar não só as condições físicas e económicas, mas também as relações sociais e culturais da comunidade onde se realiza. Os visitantes que surgem de diferentes partes do mundo possuem várias culturas e tendem a influenciar a configuração sociocultural da comunidade de acolhimento. A manifestação destas influências nas comunidades é visível nas roupas, nos padrões de consumo, língua e modo de vida geral, pois a comunidade local tende a imitar os turistas. Em Zanzibar não é exceção e por isso as normas islâmicas limitam a participação dos seus fiéis em atividades de turismo.

Os objetivos da política de turismo são utilizar o potencial turístico e recursos humanos para proteger o meio ambiente, a cultura e a tradição de Zanzibar. Para alcançar um crescimento equilibrado da indústria do turismo são explanadas as atrações turísticas a fim de adquirir o máximo benefício e fortalecer as indústrias culturais, aumentando a participação da comunidade e desenvolvendo planos de marketing e programas de atividades. Estas ações maximizam os impactos positivos económicos, sociais, culturais e ambientais, enfatizando a parceria público/privada, de forma a contribuir para a qualidade de vida da população local e estimular a sua participação no processo de desenvolvimento do turismo com formação e capacitação para executar as funções estabelecidas (Ramadhani, 2013, p.1121).



III. A Proposta

A Estratégia

Com base nos conceitos abordados e após o estudo dos casos anteriores, em que através da promoção da cultura local e desenvolvimento do turismo, os países desenvolvem-se socioeconomicamente, a estratégia deste trabalho propõe a criação e melhoria das atividades turísticas na Ilha de Moçambique, com promoção da cultura local, a fim de melhorar a qualidade de vida de quem lá habita. Os objetivos não serão atingidos rapidamente, mas ao longo do tempo tornar-se-ão visíveis, seja através da requalificação do património ou da melhoria da qualidade de vida da comunidade que não precisará de abandonar a sua Ilha.

A Ilha de Moçambique possui uma riqueza cultural capaz de atrair os visitantes. No entanto, o turismo pode ter consequências negativas, por isso devem ser tomadas medidas que minimizem e consigam gerir os possíveis efeitos nocivos. Assim, é importante o desenvolvimento de estratégias de gestão apropriadas com base nos limites de mudança.

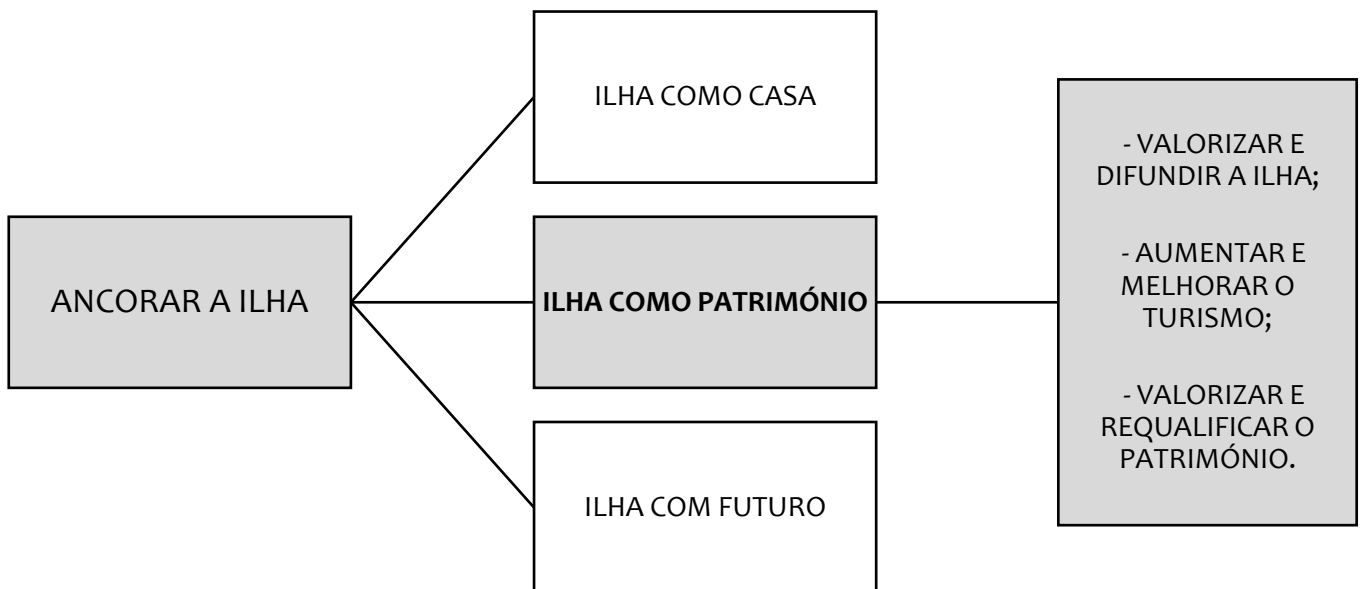


Figura 22 | Ambição, eixos e objetivos estratégicos

“Ilha como Património”

O eixo estratégico definido como “Ilha como Património” vai solucionar as problemáticas apresentadas no primeiro capítulo, através do desenvolvimento da atividade turística e da valorização do património, preservando e promovendo a cultura, as pessoas e a paisagem, dinamizando a Ilha aos níveis social, económico e cultural e contribuindo para o desenvolvimento da região.

Uma das formas de desenvolvimento passa pela promoção da Ilha, a sua divulgação e das atividades a realizar, através de uma estratégia de marketing nacional e internacional. Mas também a melhoria dos acessos à Ilha, tornando-os mais rápidos e cómodos. A comunidade local sabe receber bem e deve haver investimento para que o possam fazer melhor.

É imprescindível a participação dos ilhéus, “em particular representantes comunitários, comerciantes e agentes turísticos em todo o processo de promoção do seu território, de forma a melhorarem a sua recetibilidade aos visitantes ou novos habitantes” (Rebelo & Gonçalves, 2018, p.241). Assim, a inclusão da comunidade “poderá reforçar o seu sentimento de pertença e autoestima fortalecendo o carácter” da Ilha de Moçambique (Rebelo & Gonçalves, 2018, p.238), no sentido em que os benefícios económicos do desenvolvimento das atividades turísticas ao abranger a comunidade vão originar mais interesse e empenho por parte dos ilhéus na realização das suas tarefas, bem como na preservação do seu património.

As vantagens da proposta “Ilha como Património” são a reabilitação do edificado, a melhoria da economia interna, a criação de postos de emprego, melhores infraestruturas, dinamização do comércio, mais acessibilidades, melhoria da saúde pública devido ao saneamento, turismo de qualidade que realce os recursos existentes e diminuição da sazonalidade.

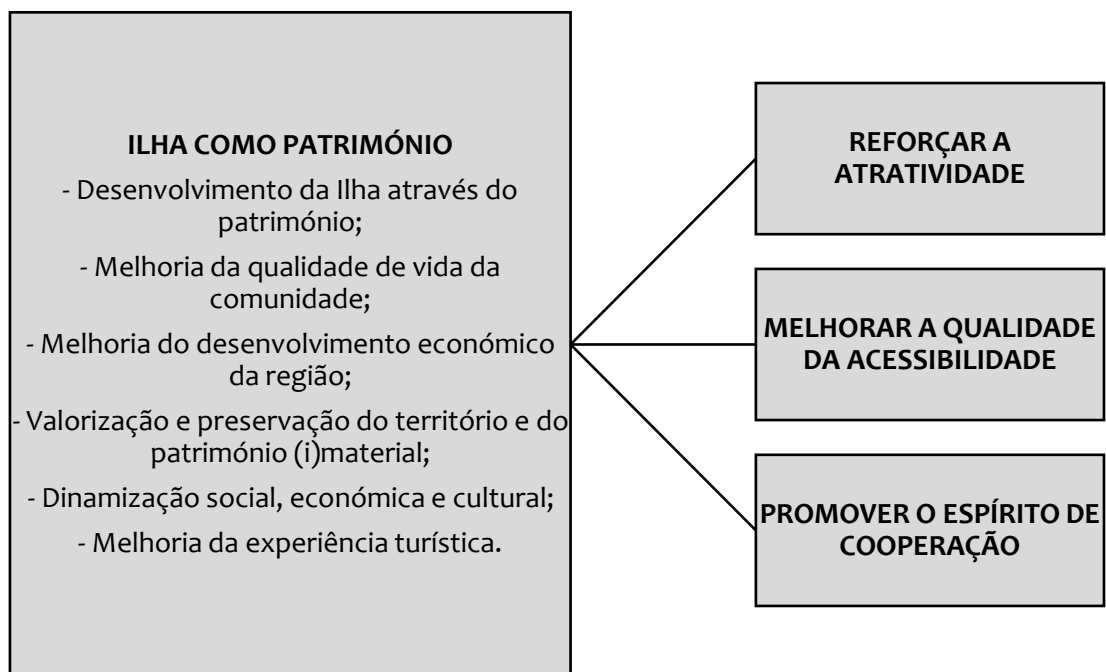


Figura 23 | Eixo estratégico, os seus objetivos e ações

Em contrapartida, é essencial evitar o turismo de massa e a mudança de costumes da população, respeitando a sua privacidade.

Para alcançar os objetivos propostos definem-se um conjunto de ações como reforçar a atratividade da Ilha, melhorar a qualidade da acessibilidade terrestre e marítima e promover espírito de cooperação entre a comunidade e as entidades responsáveis pelo desenvolvimento do turismo.

1.Reforçar a atratividade

Para reforçar a atratividade pretende-se promover as características que definem a Ilha, nomeadamente a gastronomia, o artesanato, a ourivesaria e as paisagens. Esta promoção tem de ser feita a nível regional, nacional e internacional, e para isso é necessário estabelecer uma estratégia de marketing de modo a estimular a curiosidade e o desejo de visitar.

Para o desenvolvimento da “Ilha como Património”, deverá ser definida uma estratégia de marketing com vista à divulgação das atividades turísticas e culturais, a nível local e internacional. Para isso proponho a concretização de quatro medidas: as criações da marca Ilha de Moçambique, de uma Associação de Turismo, de material publicitário e uma agenda cultural. Estas medidas vão potenciar a divulgação da Ilha e consequentemente vão atingir novos mercados alvo e, assim, aumentar o leque de novos visitantes.

Assim, pretende-se produzir mais dinâmica económica e melhorar as condições económicas da comunidade, no entanto há que considerar algumas fragilidades que podem dificultar estes resultados, como a falta de formação turística dos habitantes locais e a possível monopolização das atividades turísticas por um pequeno grupo de habitantes.

Casos de estudo: o país África do Sul e a ilha Zanzibar

Em África do Sul e Zanzibar na Tanzânia, para reforçar a atratividade foram estabelecidas várias propostas, entre elas estavam a criação de uma marca-lugar, formação de organizações representativas do turismo, elaboração de material publicitário e estabelecimento de agenda cultural.

África do Sul, assim como vários países, possui problemas socioeconómicos e urbanos que priorizam as políticas governamentais. “Muitos ainda se debatem com guerra, altos níveis de pobreza, iliteracia, corrupção, criminalidade, instabilidade económica e social, problemas que têm sido difundidos, enfatizados e gravados na opinião pública internacional desde meados do século passado” (Rebelo & Gonçalves, 2018, p.237).

Para criar uma marca turística é importante criar um vínculo emocional com os seus consumidores e definir produtos para além dos seus concorrentes (Youde, 2009, p.1), fomentando as relações comerciais, encorajando as empresas e atraindo turistas. A marca-lugar “consiste num processo de construção de uma marca aplicada a um lugar seja uma nação, uma cidade ou mesmo uma área urbana” (Rebelo & Gonçalves, 2018, p.234).

O Conselho Internacional de Marketing [IMC] da África do Sul ou Marca África do Sul tratou-se de uma parceria público-privada para garantir a promoção do destino até 2010, foi fundada em Agosto de 2000 e estabeleceu como objetivo uma marca reconhecível, coordenando esforços de setores público e privado (Youde, 2009, p.3).

Segundo a Associação Americana de Marketing, marca é um termo, sinal, símbolo ou *design* destinado a identificar os produtos e serviços de um vendedor e diferenciá-los da concorrência (Youde, 2009, p.5). “A brand does not mean much if it fails to offer anything new, unique or different” (Youde, 2009, p.8). Um Estado não pode copiar outra marca-país, deve procurar uma identidade que o defina e diferencie. As marcas-país têm valor social e emocional para os usuários, aumentando a utilidade percebida e a conveniência de um produto, pode unir um país e um povo e ao mesmo tempo promover o desenvolvimento para o Estado.

A marca África do Sul apresenta-se como um “parceiro confiável e disposto na arena internacional, um país em sintonia com o resto do mundo e capaz de oferecer soluções únicas para os problemas internacionais” (Youde, 2009, p.4). Foca-se em fatores culturais e promove a música, desporto e produções cinematográficas. Tem criado uma referência política que se baseia na sua posição regional e na sua população diversificada, não ignorando os sentimentos nacionalistas dos cidadãos sul-africanos. Ao utilizar políticas que fornecem à população em geral as ferramentas que eles precisam para promover proactivamente a África do Sul no exterior, tem fomentado sentimentos positivos entre os sul-africanos relativamente ao seu país – que vai por sua vez, colocar os cidadãos mais entusiasmados nos seus esforços para “vender” o país (Youde, 2009, p.14).

Em Zanzibar até ao ano de 1995, não existia nenhuma estrutura política ativa para o

turismo local, de forma a orientar e coordenar o setor (Ramadhani, 2013, p.1109). A Comissão do Turismo de Zanzibar [ZCT] foi criada em 1992, como uma instituição pública mas só em 1996 obteve apoio legal, aquando a promulgação da Lei de Promoção do Turismo. Segundo o *site* oficial do município de Zanzibar, uma das responsabilidades da ZCT é a promoção de Zanzibar como um destino turístico. Dedicar-se à organização e supervisão nos licenciamentos e operação de todos os empreendimentos turísticos, classificação de produtos, assim como acompanhamento e supervisão do setor, programas de educação pública, auxílio a potenciais investidores, controlo de todos os registos e dados relativos ao turismo, formação de mão-de-obra qualificada e produção e distribuição de materiais promocionais.

Por outro lado, a Associação de Investidores em Turismo de Zanzibar [ZATI] é, de acordo com o seu *site* oficial, uma Organização Não-Governamental, não religiosa e não política, criada para representar os interesses dos investidores de turismo em Zanzibar.

Atualmente a ZATI defende melhorias para a segurança, serviços básicos como água, resíduos e eletricidade, formações e marketing do destino, concentrou-se em infraestruturas e desenvolveu um programa de treinamento agrícola local, em parceria com a Tanzania Growth Trust [TGT] e também produziram uma Estratégia de Marketing de Destino. Criou-se um novo *site* e um novo folheto do destino, como uma ferramenta de promoção e de informação impressa destinada a comunicar com turistas existentes e potenciais turistas e desempenham um papel crucial na formação de imagens induzidas (Kokkrankal, 2011, p.19).

Em 2016, a ZATI, em parceria com organizações internacionais e organizações públicas/governamentais, criaram programas de formação ligados ao turismo e estabeleceram projetos de discussão para melhoria das condições económicas dos trabalhadores, desenvolvimento do marketing e criação de padrões para a indústria de serviços de turismo.

O material publicitário desenvolvido para divulgação do destino de Zanzibar constituiu na criação de um Diretório com informações sobre Zanzibar como alojamento, empresas de turismo, atrações e serviços, história, cultura e agenda cultural, realização de um DVD, um mapa de Zanzibar para orientar os turistas em torno da ilha e utilizado também para destacar as suas atrações, presença *online* num *site* e redes sociais.

Em Zanzibar e relativamente às estratégias de marketing, existe uma agenda cultural para divulgar todas as atividades culturais a decorrer na Ilha como o festival anual

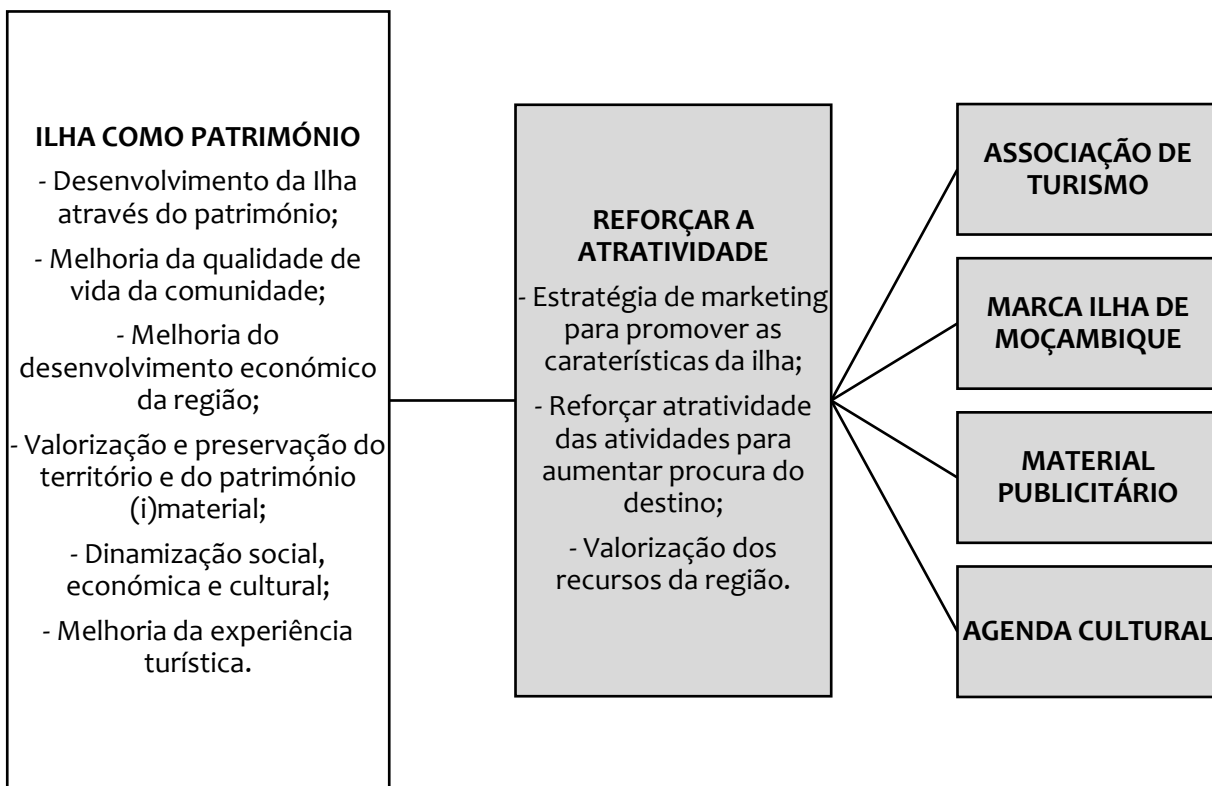


Figura 24 | As ações para reforçar a atratividade

de cinema, que decorre no princípio de julho e apresenta filmes relacionados com a cultura swahili. As atividades e os eventos realizados em Zanzibar incluem também apresentações de música, teatro e dança, *workshops* e exposições, oficinas e seminários para mulheres e crianças, bem como celebrações culturais e religiosas.

As ações

1.1 | Associação de Turismo na Ilha de Moçambique

Para o desenvolvimento sustentável da Ilha de Moçambique é essencial uma instituição não-governamental responsável por organizar e gerir o que está relacionado com o Turismo. Esta instituição deve ser a entidade responsável pelo controlo da concretização do plano estratégico para o turismo sustentável, pela monitorização da segurança, por supervisionar os serviços básicos, assim como pela organização de formação profissional, fomentando o envolvimento da comunidade e relacionando todos os envolvidos desde os guias, o posto de turismo, os ilhéus responsáveis por *workshops*, os grupos de dança, os artesãos de bijuteria, gastronomia, os taxistas, os transportes públicos, os *transfers*, os aeroportos, o Governo, o GACIM, os proprietários de dhows, os hoteleiros, os profissionais de *marketing* e a Escola Profissional de Hotelaria e Turismo.

Segundo o *site* oficial do CMIM, existe uma colaboração entre o Conselho Municipal com outras autoridades do Município na maior parte dos eventos, mas também na procura de solução para os problemas básicos da cidade, “nomeadamente na gestão de águas, eletricidade, pavimentação de ruas e avenidas, reabilitação da ponte, na manutenção do Hospital com pintura de algumas paredes de enfermarias e colocação de redes mosquiteiras nas janelas”.

Atualmente existe na Ilha de Moçambique a APETUR. Trata-se de uma associação, que de acordo com o *site* do CMIM, é composta por 42 sócios e organizada por três órgãos (administração, assembleia geral e conselho fiscal). É uma ONG, de âmbito local e com autonomia económica, tem como objetivo desenvolver e promover o Distrito da Ilha de Moçambique como um destino turístico, a nível regional, nacional e internacional. Para dar visibilidade a esta organização foi criado um *site online* financiado pelo Instituto de Cooperação e da Língua portuguesa – Camões.

As ações realizadas pela APETUR consistem em formação profissional para os



Figura 25 | Logótipo do Posto de Turismo da Ilha de Moçambique

Figura 26 | Logótipo da APETUR

associados e empregados, mas também para munícipes interessados, sendo os alvos principais os operadores turísticos. Também é da sua responsabilidade a organização da feira gastronómica Tzoziva, que se realiza três vezes por ano, bem como festivais anuais de música. Tem colaborado com as autoridades locais nas ações de desenvolvimento económico e social, nomeadamente na legalização dos empreendimentos dos associados e na limpeza das praias.

A minha proposta define que a APETUR continue a desenvolver a gestão e divulgação num âmbito local com maior abrangência, respeitando a execução do plano estratégico. É importante estipular um espaço físico representativo da instituição e com uma área de atendimento ao público, sala de trabalho e sala de reuniões, a fim de coordenar os elementos que dela dependem.

Propõe-se que a Associação faça gestão dos horários de visita aos monumentos, organize eventos relacionados com a promoção da cultura que beneficiem socioeconomicamente a comunidade local (como festivais de artesanato e música), constitua um grupo responsável pela limpeza e manutenção das praias para proporcionar o turismo balnear, crie e organize rotas temáticas (para maior exposição das características da Ilha), organize várias ações de formação, como por exemplo atendimento ao público para acolher com competência a maior afluência de visitantes, e faça gestão da marca Ilha de Moçambique, realçando a identidade da Ilha.

1.2 | Criação da marca Ilha de Moçambique

É importante a criação e “promoção de uma marca-lugar forte, que concorra para a dinamização e consolidação de uma imagem ambiental, social, económica e cultural positiva a nível global” (Rebelo & Gonçalves, 2018, p.234).

O marketing territorial é uma técnica que visa fomentar a capacidade competitiva e promover as características e potencialidades de um território, baseadas na paisagem, pessoas, cultura e história. A sua principal contribuição passa por definir o destino ao estabelecer uma representação aliciante do mesmo, expondo uma imagem que garante a sua veracidade e qualidade junto dos mercados, de forma a persuadir e a atrair investimento e visitantes (Fernandes, 2008, p.351).

A inscrição na Lista do Património Mundial da UNESCO permite uma promoção da cultura e história como produto turístico. É, por isso, fundamental para a Ilha realçar este

estatuto na definição da marca-lugar, dignificando-a e conferindo-lhe visibilidade.

Para uma possível identificação do destino e qualificação do produto, propõe-se a criação da marca Ilha de Moçambique, que revelará a identidade do destino e uma experiência única relativamente aos outros destinos. Os objetivos da criação da marca assentam em divulgar produtos “*made in*” Ilha de Moçambique, garantir qualidade da oferta, e provar ser um destino atraente, seguro e distintivo, definindo os bens da Ilha como seus elementos culturais permitindo às pessoas associarem os produtos à Ilha através da marca. A marca será essencial na divulgação do destino, por isso será essencial fomentar atividades culturais como festivais e *workshops* que promovam e dinamizem a marca, “dando a conhecer características intangíveis que permanecem por explorar como, por exemplo, a dança de Tufo e a gastronomia da Ilha de Moçambique” (Rebelo & Gonçalves, 2018, p.238).

Uma identidade competitiva existe devido à “forma como é promovido e qual a primeira impressão que os turistas formam do lugar” (Rebelo & Gonçalves, 2018, p.234) através das estratégias de marketing, e existe também devido às políticas que apoiam o investimento local atraindo investidores, às trocas e atividades culturais que promovem e que dinamizam a cultura endógena no local, mas também aos níveis regional, nacional e global, aos “habitantes e o seu engajamento no processo de promoção do lugar na forma como recebem os visitantes e como incorporam a sua marca” (Rebelo & Gonçalves, 2018, p.234).

A existência da marca vai fazer a Ilha crescer no mercado, sendo carimbo da qualidade dos produtos, a publicidade em geral vai ser mais fácil e direta. O processo criativo passa pela criação de um *slogan* e de um logótipo e tem como objetivo definir Muhipiti como uma marca única. “Tecnicamente, o desenho isolado de um logótipo será insuficiente. Ainda que essencial para a aplicação generalizada da marca-lugar, este terá de fazer parte de um sistema de comunicação uno que padronize Muhipiti e tudo o que a ele se refira, criando uma linguagem visual coerente, forte e apelativa” (Rebelo & Gonçalves, 2018, p.248). Na definição da imagem é importante estar representada o que caracteriza a Ilha mas também o que a torna um produto autêntico e distinto dos outros locais. Mas para isso há que assegurar e manter a qualidade das ofertas associadas à marca, não imitar outros destinos e não exacerbar as características.

Para o sucesso de divulgação da imagem associada é importante que o logótipo e o *slogan* estejam presentes em todos os produtos endógenos comercializados na Ilha ou

exportados e em todas as publicidades do destino, mas também é importante que os trabalhadores com formação e implicados no turismo se encontrem identificados adequadamente.

1.3 | Material publicitário

O material publicitário torna-se importante para promoção das atividades turísticas em qualquer lugar. A elaboração do material deve ser bem estruturado de forma a que não ocorra publicidade visual que suscite ideias erradas e não possam ocorrer partilhas difamatórias.

Assim, propõe-se que o posto de turismo já existente possua folhetos informativos relativamente às atrações turísticas, mapas com definição das rotas interativas e os melhores comércios, meios de transporte disponíveis, possíveis alojamentos e restauração, mas também a agenda cultural, horários e preços relativamente aos monumentos e atrações, bem como contactos de guias e da Associação.

Toda a divulgação deve ser orientada e monitorizada pela Associação do Turismo, para existir relação e coesão na publicidade. Na entrada da Ilha, propõe-se a divulgação através de cartazes expositivos sobre a existência e localização do posto de turismo na Ilha. Relativamente à divulgação *online*, esta deve ser melhorada com uma plataforma de fácil utilização e que se destaque pela sua estética, permitindo a reserva de circuitos de visita com guias turísticos, bem como alojamentos.

1.4 | Criação de uma agenda cultural

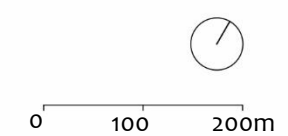
Entende-se por agenda cultural, um programa com registo da organização de todos os eventos da ilha.

Uma agenda cultural consistente torna a Ilha um destino turístico-cultural diferenciado. Devem, por isso, ser criados um conjunto de eventos para a promoção dos diversos produtos locais, através de festas, feiras e festivais, fomentando o diálogo intercultural e coesão social devido à partilha de conhecimentos e experiências.

Os eventos, com a diversificação e promoção da oferta cultural através da gastronomia, artesanato e danças, vão sensibilizar a comunidade para a preservação do património, pois esta confirma a importância do mesmo no aumento do seu poder socio-



Figura 27 | Localização para eventos da agenda cultural



económico e melhoria da qualidade de vida na Ilha. Vão criar rendimentos para os envolvidos, no sentido em que a comunidade ao participar e expor os seus produtos vai angariar meios de subsistência.

Na definição das datas tem de se ter em consideração os dias úteis, fins-de-semana, feriados e costumes religiosos. Esta medida permite evitar a sazonalidade, porque através do seu desenvolvimento os visitantes terão ofertas de atividades turísticas durante todo o ano, e conseqüentemente existirá uma maior participação da comunidade local com empregos anuais.

Os eventos que consolidarão a agenda devem ser realizados em espaços amplos e interessantes, como a zona da Fortaleza e a praça em frente à casa Girassol. Para além de definir a data, é essencial escolher o tema (dança, gastronomia, artesanato) e os objetivos a atingir a nível financeiro e social.

Na organização dos eventos deve ser definido o público-alvo, ou seja, a quem se dirige e o que motivaria a comparecer no evento. Definir o valor do pagamento de entrada, sendo que num evento em recinto aberto os pagamentos são realizados junto do que se pretende obter, dirigidos à aquisição de produtos. Estabelecer o ordenamento e instalação dos expositores, definir o material necessário à montagem e onde o adquirir, garantir um palco para atuação dos grupos musicais/dança e encontrar as estruturas para os mesmos. A nível dos acessos, é essencial existir estacionamento e transportes públicos disponíveis.

Para festivais de música ou dança é necessário responder a certas questões logísticas. Normalmente, este, é um tipo de festival que apenas acontece uma vez por ano e aquando da sua realização é importante garantir que o espaço possui condições sonoras para que o som seja projetado de forma desejada. Como são espetáculos de apreciação, é importante definir também se o público estará em pé ou sentado e para isso, deve ser encontrada solução de forma a existirem lugares suficientes.

Ao planear um evento deve ser criado um formulário de inscrição com informações dos vendedores a fim de poder contactá-los, informando-os de toda a organização, de forma a confirmar a presença, comunicar o horário estabelecido, local e tamanho do expositor. A organização deverá possuir um cronograma para melhor gestão do evento antes, durante e após o mesmo. No dia, deve haver um apresentador, bem como é importante que existam responsáveis a monitorizar o evento, para acolher e orientar os participantes, e se necessário apoiá-los em dúvidas existentes. No fim do even-

to, é oportuno reunir um conjunto de impressões dos visitantes para que em futuros eventos possa existir uma melhor promoção com base em opiniões reais.

Aquando um evento com atuações tem de ser preparada uma programação com os horários das mesmas. A divulgação tem de obedecer à promoção na Ilha junto da comunidade, para atrair participantes, mas implica também publicidade impressa e *online* a nível regional e nacional/internacional para fomentar a afluência.

2.Melhorar qualidade da acessibilidade

“A importância das infraestruturas viárias tem cada vez um papel mais relevante no desenvolvimento da economia: boas estradas reduzem o custo de transportes e, portanto, o preço final dos produtos, tornando-os mais acessíveis ao consumidor” (Instituto de Estradas, 2017, p.3). Por isso, os investimentos em infraestruturas viárias podem ter um elevado impacto na melhoria da qualidade de vida.

Atualmente o acesso à Ilha limita o tráfego automóvel. O objetivo de querer melhorar a qualidade da acessibilidade passa por requalificar os acessos existentes e propor novas formas de ligação. Surge assim a proposta de quatro medidas: a melhoria da ligação aeroporto-ilha, a melhoria da ligação continente-ilha, a criação de rede de transportes e requalificação dos espaços públicos, procurando garantir a deslocação das pessoas na Ilha.

É importante compreender que esta proposta pode ser concretizável com a cooperação e relação das diversas entidades governamentais e institucionais (GACIM e UniLúrio, por exemplo), implicando também a colaboração dos líderes comunitários da Ilha.

Caso de estudo: Zanzibar, Tanzânia

Nos casos de estudo e principalmente no caso da ilha de Zanzibar existe um aeroporto internacional com voos diários e ferries que permitem a ligação marítima com o continente. No interior da ilha, para garantir uma viagem cómoda e segura, a maneira mais fácil de se deslocar é através de táxis.

A solução mais barata para percorrer as estradas ao redor da ilha é alugar uma veículos de duas rodas, tendo em conta que as estradas são planas e seguem o litoral. Alugar carro também é possível desde que seja tratado com os hotéis. Existem também “minibuses” disponíveis, com horários definidos nos locais.

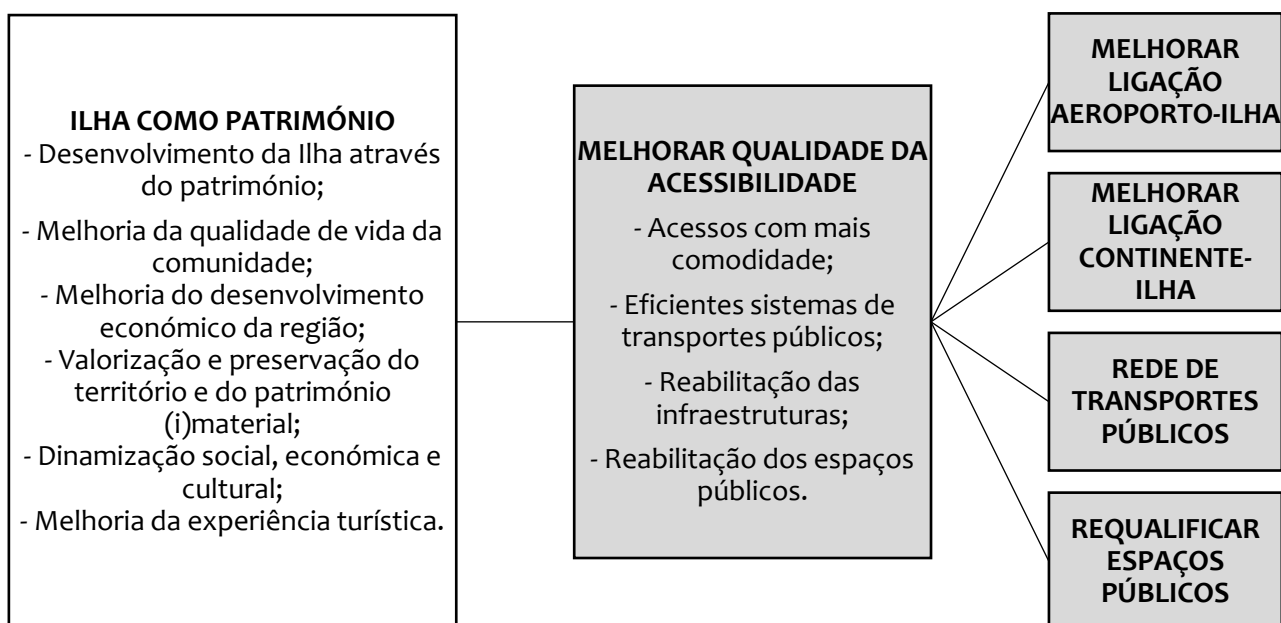


Figura 28 | As ações para melhorar a qualidade da acessibilidade

Os moradores utilizam o Dala-Dala, um veículo de caixa aberta com vinte e dois bancos muito lotados. Este tipo de transporte público é garantido por duas pessoas, nomeadamente o copiloto (konda) que é a pessoa que recebe os pagamentos, e o motorista que o conduz (Heitmann, 2015).

A nível marítimo, existem os dhows que podem ser mobilizados para fins turísticos, mostrando aos visitantes as praias desertas e costa envolvente.

As ações

2.1 | Melhorar a ligação aeroporto-Ilha e Nampula-Ilha

O atual aeroporto de Nampula está a quase três horas de distância da Ilha e a EN105 encontra-se degradada, com um pavimento em mau estado que condiciona a comodidade da viagem.

No Lumbo, existe atualmente um aeródromo, que deve ser transformado em aeroporto, mas a sua ligação à Ilha não está pavimentada.

Esta medida propõe a melhoria das ligações da Ilha a Nampula e ao Lumbo. O investimento na requalificação das estradas e a criação de transportes (como por exemplo uma frota de táxis) para unir os aeroportos à Ilha vai garantir viagens mais cómodas, beneficiando os visitantes mas também a comunidade.

Os transferes têm de ser feitos em automóveis facilitando o transporte da bagagem dos visitantes. Os horários a cumprir nos aeroportos ou na Ilha têm de ser definidos com o futuro aeroporto do Lumbo e o de Nampula, de forma a coincidir com as horas de maior tráfego aéreo. O valor do pagamento do *transfer* tem de estar antecipadamente estipulado para o serviço e aceite na chegada ao destino.

2.2 | Melhorar a ligação entre as partes insular e continental

Propõe-se melhorar a ligação entre as partes insular e continental através de um circuito com os dhows.

Não se trata de um transporte para excursões turísticas mas sim a criação de outra possibilidade de entrada na ilha, alternativa à ponte. A proposta vai beneficiar a mobilidade das pessoas, abrangendo não só visitantes mas também a comunidade local.

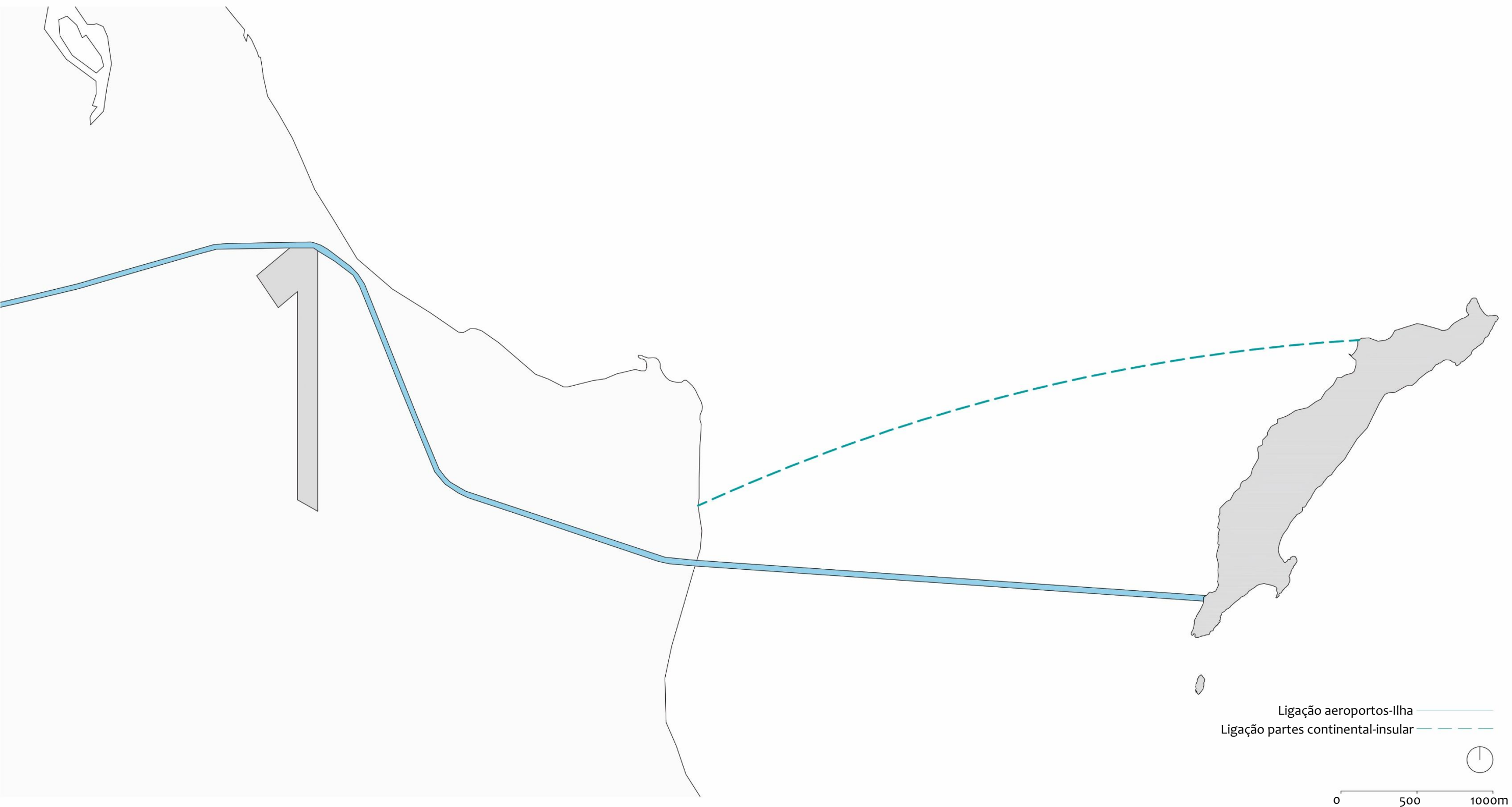


Figura 29 | Ligações à Ilha desde os aeroportos, através de acesso automóvel e marítimo

Esta ligação marítima vai permitir a restrição de passagem automóvel a não-residentes aquando da maior afluência de visitantes à Ilha, em datas festivas/épocas altas, e implicar o estacionamento dos automóveis na margem continental. Assim, propõe-se a construção de um parque de estacionamento pavimentado na zona do Lumbo, com vigilância sobre os automóveis.

Para esta proposta é necessária a criação de um ancoradouro no Lumbo, onde já anteriormente existiu, e a repavimentação do acesso automóvel. Pretende-se a ligação entre este novo ancoradouro e o pontão na Ilha. Esta rede de transportes marítimos tem de ser regulada e os horários definidos em articulação com o aeroporto e aeródromo mas também com os táxis.

Os dhows inicialmente podem ser de particulares (famílias) que estejam interessados e dispostos a realizar este tipo de transporte marítimo, mas que têm de ser habilitados de forma a adequar a comunicação aos visitantes de vários países.

2.3 | Criação de uma rede de transportes públicos

Durante a estadia no *Oficinas* e enquanto questionávamos a população do que faltava na Ilha, a resposta mais obtida foi transportes públicos. A medida pretende solucionar esta problemática.

Em Luanda, Angola, num contexto mais citadino, existem os Kupapatas, nome designado para as moto-táxis. Os moto-taxistas são solicitados da mesma forma que um taxista comum, ou seja através de um telefonema que os leva ao encontro do passageiro, ou são abordados na rua. Os taxistas apresentam-se sempre com capacete, com a documentação da mota e a licença de condução (“Moto-táxi sustenta centenas de famílias em Luanda mesmo sem licença”, 2017).

A criação da rede de transportes públicos vai implicar maior utilização de veículos levando a novas formas de percorrer a Ilha, possibilitando o acesso na mesma e proporcionando a deslocação a pessoas com acessibilidade reduzida, através da utilização de bicicletas ou motas. Os condutores dos veículos terão um capacete para usar e outro para os passageiros, bem como habilitações específicas e a identificação da marca Ilha de Moçambique.

Os veículos serão designados por táxi-mota ou táxi-bicicletas, implicando a formação de pessoas para motoristas, coordenada pela Associação de Turismo.

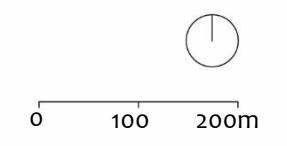


Figura 30 | Localização de paragens de transportes públicos

Propõe-se a criação de cinco paragens de transportes públicos: na entrada da ilha, em frente ao Hospital, no largo da Casa Girassol, na praça da Fortaleza e junto ao pontão, por serem as praças com maior importância da Ilha.

Para além das bicicletas e das motas deve existir também um veículo automóvel, com horários definidos, que realize o mesmo serviço, para pessoas com acessibilidade reduzida ou com bagagem. Os veículos inicialmente devem ser de cooperativas, dado o investimento na sua aquisição para apenas um particular. Os valores dos pagamentos têm de estar predefinidos e serem concretizados no fim da viagem.

2.4 | Requalificar espaços públicos

A fraca qualidade dos pavimentos e a inexistência de acessos em rampa na Ilha dificultam a circulação para pessoas com mobilidade reduzida.

Os espaços públicos encontram-se desvalorizados, a redução do número de árvores levou à escassez de espaços verdes na Ilha. Atualmente o Parque Verde junto à Fortaleza, a zona mais arborizada da Ilha, precisa de requalificação para conseguir ser um espaço atrativo garantindo mobiliário para estar e um jardim com qualidade e iluminado, para ser usufruído como zona de lazer.

Assim, propõe-se criar projetos de requalificação particularmente nas zonas onde decorre a feira semanal (praia junto à Igreja de Santo António) e os eventos da agenda cultural (largo da casa Girassol e parque junto à Fortaleza), com a rearborização e repavimentação das ruas, criação de acessos em rampa para museus e igrejas, bem como a colocação de mobiliário urbano que tornem os espaços acolhedores e originando mais locais para estar, como a criação de esplanadas, requalificação dos bancos de jardim e colocação de iluminação pública evitando a existência de zonas escuras.



Figura 31 | Requalificação dos espaços dos eventos da agenda cultural e da feira semanal

3.Promover espírito de cooperação

A cooperação será possível com a sensibilização da comunidade sobre o valor da região, da cultura, dos produtos endógenos, e da importância da hospitalidade. É importante que os ilhéus interiorizem os benefícios e compreendam as dificuldades que poderão surgir, fazendo com que a comunidade participe mais ativamente nos projetos.

O património e o turismo cultural proporcionam oportunidades para troca de conhecimentos entre a comunidade local e os turistas. Atualmente existe um interesse emergente no património cultural, onde os turistas preferem participar de forma interativa com as culturas locais, ficando alojados por exemplo em habitações familiares (National Department of Tourism of Republic of South Africa, 2012, p.32).

Para promover o espírito de cooperação e garantir o envolvimento da população através da sua participação ativa, propõe-se realizar ações de formação para os elementos da comunidade que pretendam exercer trabalho no turismo como guias e garantir a certificação destes mesmos profissionais. Relativamente a atividades turísticas deve ser estruturada a exposição para melhoria das visitas a monumentos, com a presença de guias turísticos e painéis expositivos, criar rotas interativas com a comunidade e experiências participativas relativamente às atividades desenvolvidas na Ilha, bem como proporcionar condições para prática de desportos náuticos e garantir a limpeza das praias para promover o turismo balnear. Para conseguir responder às necessidades dos visitantes promove-se, através do apoio institucional, a reabilitação do edificado, proporcionando alojamento em habitações familiares na Cidade de Macuti, bem como edifícios hoteleiros e restauração na Cidade de Pedra e Cal.

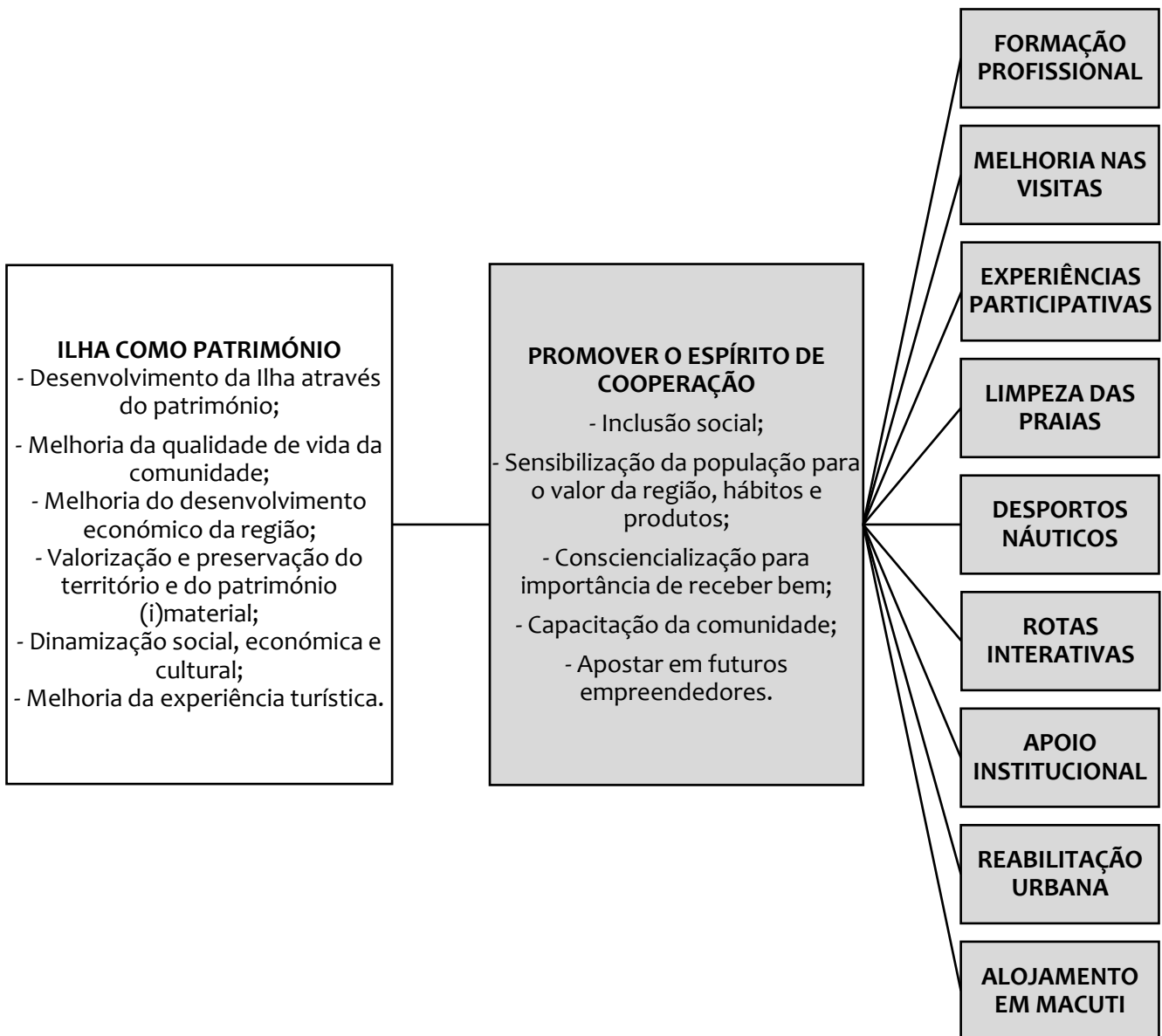


Figura 32 | As ações para promover o espírito de cooperação

Caso de estudo: Zanzibar, Tanzânia

Envolver a população nas estratégias de desenvolvimento também é um objetivo definido em Zanzibar. A baixa escolaridade e a falta de formação adequada limitava o emprego dos habitantes locais. Como solução, o Centro de Treinamento Kawa começou a formar guias de turismo. Os alunos, com idade entre 18 e 35 anos, recebem formação teórica e prática sobre a cultura e história de Zanzibar, flora e fauna, vida marinha, inglês, técnicas de representação, habilidades para resolver problemas, turismo sustentável, desenvolvimento de carreira e atendimento ao cliente.

A Comissão de Turismo é responsável pelo licenciamento de guias turísticos desde que cumpridos os requisitos de formação necessários para se tornar um guia turístico aprovado (The United Republic of Tanzania, 2003, p.36). Existem 325 guias turísticos licenciados pela Comissão de Turismo, dos quais 60 são membros da Associação de Guias Turísticos de Zanzibar [ZTGA]. Mas existem também alguns a operar não oficialmente (The United Republic of Tanzania, 2003, p.10).

A interpretação é essencial para apresentar Zanzibar aos turistas. Por isso, no Zanzibar Visão 2020 considera-se pertinente criar uma rede com base nas áreas protegidas, identificar os museus e sítios culturais de interesses específicos, de forma a criar circuitos na ilha que contem a história de Zanzibar, abordando aspetos culturais, históricos, natureza, vida marinha e indústria (The United Republic of Tanzania, 2003, p.28).

As ações

3.1 | Concretização de formação profissional

Durante a estadia dos visitantes, os guias são requisitados como responsáveis pela partilha de diversas informações como costumes locais, apontamentos históricos, descrição de monumentos, horários de transportes e locais de câmbios.

A medida propõe a formação específica para o guia turístico. O curso deve incluir conteúdos sobre o património tangível e intangível da Ilha, conhecimento técnico e capacidade de interação com diversos públicos.

Propõe-se que as ações de formação sejam organizadas pela Associação do Turis-

mo em parceria com a UCCLA e com a Universidade do Lúrio. A formação tem de ser executada de forma teórica numa sala da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, e de forma mais prática no exterior, ao longo da Ilha e perante o património. O número de horas dos cursos serão definidas pela organização e pelo formador.

É importante incluir formação sobre a história local, património cultural e natural, técnicas de comunicação e turística, circuitos e rotas existentes, e conhecimento de inglês. No fim e ao serem habilitados para guias locais, os formandos devem ser capazes de selecionar e organizar informações relevantes sobre o ambiente local, para divulgar o potencial turístico. Têm de possuir métodos, técnicas e práticas de informação turística, com capacidade de se adaptar às necessidades e exigências dos visitantes e aos objetivos das visitas, reconhecer a importância dos conteúdos fornecidos para satisfação do visitante, assim como programar e controlar as atividades turísticas tendo em consideração as características da Ilha, organizar os recursos necessários e por fim gerir reclamações.

Toda a envolvente formativa depende de uma organização interna consistente, que garanta trabalhadores e serviços de qualidade, transmitindo uma imagem com qualidade sobre a Ilha e posição competitiva nos mercados. Estes fatores pretendem provocar aumento da motivação, envolvimento e aumento da confiança no sistema, por parte da comunidade e dos visitantes.

A atividade como guias turísticos poderá desencadear o aparecimento de outros elementos não formados, a querer realizar as mesmas tarefas, mesmo que não possuindo os conhecimentos para explicar a cultura da Ilha aos visitantes. Assim, a certificação profissional garante pessoas qualificadas, fundamental para o sucesso da medida. Neste sentido é importante a certificação e a identificação com cartão profissional que terá de ser usado visivelmente. Propõe-se também a criação de uma carteira profissional requisitada ao Sindicato de Atividade Turística e de uma inscrição na Direção Geral do Turismo, cadastrando-se no Ministério do Turismo e no Instituto Nacional do Turismo [INATUR] – entidade pública criada pelas tendências globais de desenvolvimento do turismo.

Propõe-se também a formação em reabilitação do edificado, com a finalidade de transmitir conhecimentos sobre as características do edificado e do seu sistema construtivo, para execução da manutenção do património edificado, as técnicas e materiais tradicionais, bem como a sua valorização.

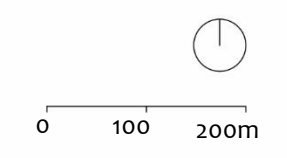


Figura 33 | Monumentos e igrejas para visitas turísticas

Esta medida propõe a criação de formação em construção civil para os indivíduos locais, gratuita, com data, duração e horário a definir. Deve existir uma parceria entre o GACIM e a Universidade do Lúrio de forma a definirem os melhores formadores e a escolha do local onde decorrerá. Devem também ser eleitos previamente os materiais didáticos necessários para facilitar na parte prática da formação.

Ambas as formações deverão ser publicitadas em toda a Ilha para atrair a comunidade para as mesmas, tendo em consideração que poderão proporcionar a rápida inserção no mercado de trabalho.

3.2 | Visitas apelativas

Atualmente, quando se visita a Fortaleza de S. Sebastião, por exemplo, não há qualquer informação sobre este monumento.

Propõe-se que os monumentos se encontrem abertos ao público num horário mais alargado, com a existência de vigilância para controlar as entradas das visitas e guias turísticos para receber e auxiliar os visitantes na visita. Estes guias devem estar devidamente identificados.

Propõe-se, também, a criação de painéis identificativos e expositivos e a sua colocação em todos os monumentos, com conteúdo adequado, de modo a facilitar e melhorar o conhecimento e a interpretação do património, criando um circuito de visita aos monumentos, de forma a orientar/facilitar a visita ao turista que não solicite guia. A informação deve ser clara para todos os públicos e em português e inglês, satisfazendo o turista que prefere explorar os espaços de forma autónoma, sem acompanhamento de guias.

3.3 | Criação de Experiências Participativas

A criação de experiências participativas consiste em oficinas de curta duração, lecionados por locais com experiência numa determinada atividade de forma a apresentá-la, partilhando conhecimentos e técnicas com os visitantes, permitindo que o visitante interaja com a população, conheça as características de atividades culturais e aprenda a executá-las.

Serão *workshops* executados pela comunidade e organizadas pela Associação do

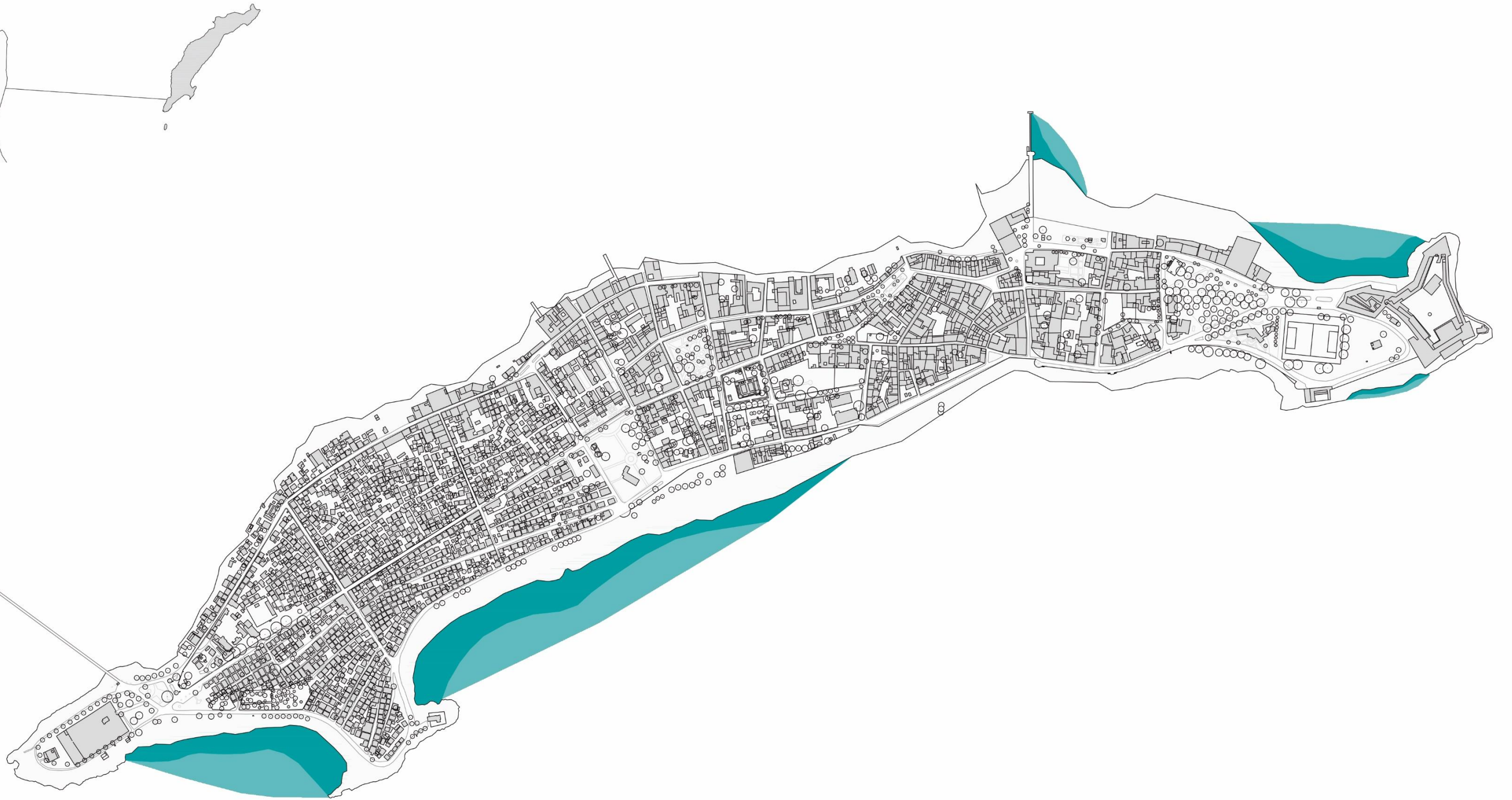
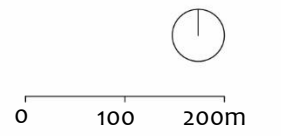


Figura 34 | Praias a serem requalificadas



Turismo e podem estar relacionadas com a gastronomia, o artesanato, as danças, o mussiro⁶, a pesca, as salinas e o manobramento de veleiros. Para a sua concretização é essencial definir o tema, adquirir materiais necessários, e perceber que tipo de público poderá abranger para definir o valor do pagamento. A escolha do local dos *workshops* passará pela Escola Profissional da Ilha, sedes dos grupos de dança, ruas da Cidade de Macuti, ruas de Pedra e Cal, pontão, e salinas do Lumbo, dinamizando toda a Ilha. Estes *workshops* implicam mais tempo de aprendizagem prática do que expositiva, para conseguir cativar a atenção do visitante. O responsável tem de possuir habilitações de abordagem ao público para saber explicar as técnicas e interagir com os visitantes.

A sua divulgação será feita através de cartazes, *flyers* e/ou da página *online*. As reservas e os pagamentos devem ser concretizados antecipadamente no posto de turismo ou diretamente na Associação.

3.4 | Limpeza das praias

A medida dirige-se à melhoria das praias, com a sua limpeza e manutenção, mas também para a criação de meios que as tornem acessíveis.

Nas praias portuguesas, a distinção Bandeira Azul⁷ garante a qualidade, no entanto é exigido o cumprimento de vários parâmetros como a colocação de informação sobre qualidade da água e ecossistemas da área. Conforme o *site* oficial da Associação Bandeira Azul, tem de existir contentores para resíduos, instalações sanitárias, fonte de água potável, nadadores salvadores e primeiros socorros, sendo importante também a existência de rampas e instalações sanitárias para deficientes motores.

Em Zanzibar, o Departamento de Desporto, Recreação e Serviços disponibiliza cadeiras de rodas apropriadas para a praia, e inclui também a presença de nadadores salvadores, acessibilidade para todos, estacionamento designado e instalações sanitárias (“Beach Wheelchairs Available at Nine City Beach this Festive Season”, 2010).

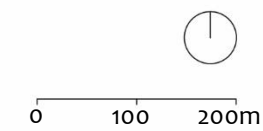
Afigura-se fundamental, na Ilha, fomentar junto dos visitantes a importância da sua contribuição para a conservação da mesma, através de boas práticas, impedindo o uso da praia para realização de necessidades fisiológicas, salvaguardando os recursos paisagísticos. Assim possibilitará a melhoria da saúde pública e tornará o ambiente

⁶ Creme tradicional para a pele, feito a partir do caule de uma planta com o mesmo nome.

⁷ Distinção atribuída anualmente pela Fundação para a Educação Ambiental às praias.



Figura 35 | Localização do Centro Náutico



paisagístico atraente, concorrendo com o turismo balnear praticado em Nacala e Chocas Mar.

Propõe-se uma limpeza do areal através de brigadas e sensibilização da população. É fundamental garantir a limpeza e qualidade para turismo balnear com a implementação de recipientes para resíduos bem como a criação de apoios de praia. É também necessário supervisionar quem frequenta a praia, com a concepção de vigilância, e garantir acessibilidade para todos com a criação de acessos através de passadiços com rampas.

3.5 | Criação de Desportos Náuticos

Propõe-se a criação de uma escola náutica que promova atividades relacionadas com o mar, aproveitando e valorizando as qualidades da localização da Ilha, pois o oceano que a rodeia permite a navegabilidade durante todo o ano.

Em Zanzibar, o Dar es Salaam Yacht Club é um clube de sócios privados regido por um conjunto de normas criadas pelos seus membros. De acordo com o *site* do clube náutico, uma equipa de voluntários supervisiona a administração do clube desenvolvendo operações diárias e prestação de serviços. Além de instalações para barcos, o clube tem ainda quatro espaços de restauração, três bares, uma piscina, área de recreação infantil e praia. O Dar es Salaam Yacht Club incentiva uma série de atividades aquáticas, incluindo vela de diferentes classes, pesca, mergulho, caiaque, *stand up paddle* e natação. Além disso, o clube proporciona atividades em terra, como noites de *quizz*, noites temáticas, festa anual, eventos infantis e festejos no Ano Novo.

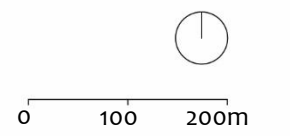
Em Moçambique, na capital Maputo, o Clube Naval possibilita que se guarde e faça a manutenção dos barcos em ambiente adequado e preparado. Como práticas desportivas este clube oferece além do ginásio, aulas de zumba, kendo e pilates. Pode-se ainda utilizar o campo desportivo para futebol e ténis. Outras atividades proporcionadas pelo Clube são a prática de pesca desportiva ou caça submarina, sem deixar de mencionar as aulas de natação, que também se estende a não sócios (“Clube Naval de Maputo”, s.d.).

Estes dois exemplos devem servir de base para a criação de uma Escola Náutica, como forma de desenvolvimento das atividades mentoras de recreio. Propõe-se a ocupação de antigos armazéns perto da Fortaleza, por se encontrar num espaço entre a praia e o Parque Verde.

Nesta Escola Náutica/Clube Naval pode-se guardar e realizar a manutenção dos



Figura 36 | Percorso Pedra e Cal e Macuti



barcos em ambiente adequado, para além do aluguer de veleiros, barcos a remos e material de pesca, para desfrute pessoal durante determinado tempo. Deve promover também aulas de natação e mergulho para a comunidade local e visitantes.

A nível de instalações, é exigido que a Escola possua acessibilidade para pessoas com mobilidade condicionada, balneários, sanitários e um balcão de receção ao público, com trabalhadores formados em inglês para que saibam satisfazer as interpelações do público.

3.6 | Criação de rotas interativas

A proposta de criação de rotas interativas consiste em estabelecer circuitos que revelem o ambiente social da Ilha espontaneamente, as características culturais (como gastronomia, artesanato, paisagem, danças) e o edificado patrimonial, que define a Ilha, através da interação com a comunidade local.

A criação de circuitos turísticos leva à divulgação das atividades culturais, incentivando também o comércio, garantindo benefícios económicos. Este contacto real com o destino permite a interação entre turista e comunidade. Assim, a comunidade mas também os visitantes tem de ser sensibilizados para evitar que a execução destas rotas interfira com a privacidade da comunidade e gere desrespeito pelos seus hábitos diários e meio ambiente.

Para promover a cultura e para realizar visitas turísticas destinadas a descobrir o ambiente característico da Ilha, esta medida propõe a criação de três tipos de circuitos: um dentro da Ilha, outro “à volta” da Ilha e outro “debaixo” da Ilha. Será essencial a presença de guias turísticos para controlo, apresentação e elucidação das mesmas:

- Percurso Pedra e Cal e Macuti

Este circuito pedonal vai ligar as duas Cidades, passando nos pontos de maior referência da Ilha. Em Pedra e Cal visitar-se-ão os principais monumentos e em Macuti tornar-se-á uma rota interativa no sentido em que será possível interagir com a comunidade e conhecer os hábitos da população, os seus costumes, a sua cultura e artesanato. Assim, pretende-se que exponham os seus produtos e o espaço de trabalho, sendo importante a presença de guias turísticos de forma a realizar a tradução e proporcionar diálogo.



Figura 37 | Percurso do Património e da reserva marinha

É importante que a Associação do Turismo estabeleça ligações com os responsáveis dos bairros, dos grupos de dança, ourives e artesãos, e informe sobre a criação destes circuitos para que estes participem e recebam os visitantes.

- Percurso do Património e da reserva marinha

“Poderão promover-se não só locais relativos à Ilha (praias da Alfândega, do Ancoradouro, do Carramo, da Fortaleza), como também das ilhas desertas circundantes (Goa, Sena, Cobras e Sete Paus) e do continente (Lumbo, Sancul e Cabaceira Pequena). A interligação com estes locais insulares e continentais fomentará necessariamente percursos nos dhows” (Rebelo & Gonçalves, 2018, p.246).

A rota à volta da Ilha inclui o Fortim de S. Lourenço, Sancul, Ilha de Sena, Ilha de Goa, Cabaceira Pequena, Cabaceira Grande, Mossuril, Apaga-Fogo e Lumbo. O circuito será realizado em dhows, pertencentes a ilhéus que se disponibilizem para o efeito.

Tem de existir relação entre a Associação e os ilhéus, definindo pessoas habilitadas para o manobramento dos veleiros que devem estar identificadas, evitando serem confundidas com membros da população que pretendam realizar as mesmas atividades informalmente. As reservas para este percurso devem ser realizadas no posto de turismo ou no Centro Náutico.

- Percurso arqueológico

“O potencial costeiro poderá ainda proporcionar atividades ligadas ao mergulho de superfície e de profundidade. Este tem no mergulho arqueológico um ativo diferenciador, jazendo ao largo da Ilha diversas embarcações naufragadas, interagindo com o eixo cultural” (Rebelo & Gonçalves, 2018, p.246).

Este circuito será realizado debaixo de água e é o mais dispendioso de todos, pois será necessário material de mergulho para que o visitante possa observar os navios naufragados, referenciadores da história da Ilha e recifes de coral, com a presença de mergulhadores experientes.

A rota tem de ser reservada com antecedência no posto de turismo ou no Centro Náutico, para que exista contacto com o grupo de arqueólogos e mergulhadores e seja adquirido material. Para a concretização deste circuito é essencial que o visitante realize previamente uma formação de mergulho no Centro Náutico e invista num seguro para o passeio.

3.7 | Apoio institucional para reabilitação do edificado

“Noting that heritage and cultural tourism products are a shared competency across the three spheres of government, therefore the successful implementation of this strategy will rely on cooperative governance, strategic partnerships, effective institutional arrangements and policy alignment” (National Department of Tourism of Republic of South Africa, 2012, p.46).

Segundo a informação adquirida nas *Oficinas*, o GACIM encontra-se com dificuldades em conservar o património, devido à falta de apoio financeiro e interesse dos proprietários.

Para a reabilitação do edificado e por este estar inscrito na lista do Património Mundial da UNESCO, é essencial o apoio internacional com a criação de acordos com instituições de cooperação para que o património material e imaterial seja valorizado.

Com a cooperação e o estabelecimento de relações externas com instituições não-governamentais, ao ser utilizada a imagem das instituições, as atividades desenvolvidas na Ilha tornar-se-ão mais apelativas e credíveis, existirá apoio na reabilitação do edificado, solicitando a sua ajuda através de requerimentos e abordando o facto de estar inscrito na lista do património mundial, revelando o estado de degradação. Estes acordos consistirão em apoio nas formações sobre reabilitação, disponibilizando para isso formadores qualificados, apoio na fiscalização das obras, e definição de ações conjuntas para gestão urbana.

3.8 | Organismo para apoio à reabilitação

O GACIM tem como objetivo promover a proteção do edificado, assim indo ao encontro dos seus objetivos, propõe-se que este Gabinete realize o controlo da reabilitação do edificado com a criação de um banco que reúna o levantamento das propriedades devolutas e o seu mapeamento, bem como a recolha de dados dos proprietários, facilitando a aquisição e arrendamento. Este banco de propriedades vai permitir também a gestão urbana monitorizando os investimentos.

O edificado abandonado de Pedra e Cal tem de ser reabilitado para novas funções, como a criação de novos equipamentos, habitações para a comunidade local, mais unidades hoteleiras e espaços de restauração, que respondam às necessidades dos turistas.

A reabilitação vai abranger as necessidades da comunidade com a disponibilização de espaços para sedes dos grupos de dança e outras associações que atualmente não possuem, bem como a criação de espaços comunitários e de lazer comuns.

A comunidade ao ter capacidade de reabilitar e manusear os materiais de construção para manter a qualidade dos edifícios, torna possível o combate à sobrelotação de Macuti com a integração de alguns membros da comunidade (interessados) na Cidade de Pedra e Cal.

Para controlar a atual intervenção nos edifícios, realizada com os materiais que põem em causa a identidade das suas construções e não respondem às necessidades como a utilização de chapas metálicas, propõe-se encontrar o material mais semelhante com as características do original (macuti) e produzi-lo. Assim, a formação sobre reabilitação, como já foi proposto, vai incidir sobre a forma de manuseamento dos materiais para manutenção e reabilitação do edificado característico da Ilha, tanto na Cidade de Macuti como na Cidade de Pedra e Cal, impedindo que a Ilha perca a sua identidade.

3.9 | Macuti acolhe estudantes e visitantes

A medida propõe o acolhimento de estudantes e visitantes, com a disponibilização de quartos em habitações, na Cidade de Macuti para alugar a estudantes e turistas.

Esta proposta pretende alojar um estudante da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas numa habitação local, com uma família, com pagamento pré-estabelecido.

Este tipo de alojamento servirá para fomentar a integração no destino, proporcionará o convívio e intercâmbio cultural com a partilha mútua de culturas, e facilitará a experimentação dos hábitos culturais na origem. Aumenta também a diversidade de oferta de alojamento, permitindo experiência de viver em habitações com método construtivo tradicional (com folhas de coqueiro) e um alojamento mais económico relativamente a estadias hoteleiras. Para que as experiências sejam positivas, é essencial investir na requalificação da oferta de forma a garantir acomodações com conforto.

A medida surge como um acordo entre os habitantes de Macuti, a Associação do Turismo e a Universidade do Lúrio. Para conseguirem alojamento nestas habitações, os

turistas dirigem-se ao posto de turismo e é-lhes destinada uma “família de acolhimento” ou realizam a reserva através da página *online*. A família contactada tem que ter quarto/cama disponível para receber os visitantes. O pagamento é realizado no ato da reserva, seja no posto, na associação ou *online*.



Considerações Finais

A participação no *Oficinas de Muhipiti* criou o mote e a base para o desenvolvimento deste trabalho, que definiu uma estratégia de desenvolvimento da Ilha a partir da valorização do património e dos recursos da Ilha e da sua promoção turística. No *Oficinas* tive a oportunidade de ficar a conhecer algumas das problemáticas existentes e a minha proposta representa a minha vontade em contribuir, de forma positiva, para a comunidade que tão bem me recebeu durante os dez dias das *Oficinas de Muhipiti*.

Para o desenvolvimento desta estratégia foi necessário compreender as potencialidades do património e da comunidade da Ilha para o seu desenvolvimento socioeconómico. O conhecimento da cultura e o património identitários da Ilha foram fundamentais para a elaboração deste trabalho, este conhecimento passou pela investigação histórica, mas também pelo conhecimento *in loco* que permitiu conhecer as paisagens, a gastronomia, o artesanato, a dança e a sua comunidade. A agitação em Macuti, o silêncio em Pedra e Cal, o peixe fresco nas mãos dos pescadores, os sorrisos das crianças, as capulanas de padrões coloridos, as marcas do mussiro no rosto, as missangas nos pescoços, tudo isto é a cultura identitária da Ilha que pode e deve ser potenciar o seu desenvolvimento.

A localização geográfica, por um lado, foi determinante para a fixação e desenvolvimento da cidade, por outro, criou uma relação com o oceano, que hoje corresponde à solução para as necessidades básicas de sustento, mas também em marca cultural. O património, a história, as atividades tradicionais e os produtos endógenos, associados ao desenvolvimento do turismo cultural e à divulgação clara das singularidades da Ilha podem potenciar o desenvolvimento da economia e melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes.

“É de uma importância inigualável preservar os recursos naturais e valorizar as características autênticas que marcam a diferenciação” (Cruz, 2015, p.63), estimulando respostas para as exigências de uma economia competitiva. A cultura que identifica a

comunidade é o principal motivo de competitividade devido à diversidade existente entre destinos, assim, tirando partido disso, o turismo surge como um meio para melhorar a economia, a inclusão, a salvaguarda da herança cultural e a proteção dos recursos naturais.

O trabalho parte da caracterização da Ilha, da sua história, evolução e estado atual, procurando compreender os elementos que definem a sua cultura, mas também algumas das suas fragilidades. Apesar de inserida na lista de Património Mundial desde 1991, a Ilha não possui qualquer estratégia de gestão urbana, nem uma organização capaz de evitar ou propor soluções para o abandono e a degradação do edificado. As atividades económicas são muito poucas, limitando-se à pesca, ao comércio informal e a pequenas atividades turísticas. As dificuldades diárias de subsistência da comunidade conduzem ao abandono da parte insular para a parte continental.

Na segunda parte desta dissertação foram abordados conceitos sobre as questões relativas ao planeamento, ao desenvolvimento, à cultura e ao turismo. Neste sentido foi necessário recorrer às orientações das organizações internacionais que destacam a importância do património para o desenvolvimento de qualquer território, sendo classificado ou não, destacando que a preservação, manutenção e valorização desse património fica dependente das decisões dos governos e municípios. Neste sentido, cabe aos governos e aos municípios valorizar o património e os recursos endógenos de qualquer território e torná-los ativos para o desenvolvimento desse mesmo território, garantindo a qualidade de vida. No entanto, atualmente, assiste-se à falta de apoio governamental e à falta de soluções de planeamento para salvaguardar e preservar aquilo que verdadeiramente caracteriza a Ilha, tendo em atenção todas as suas dimensões, como a comunidade e o património. O que justifica a pertinência deste trabalho.

Por outro lado, é essencial compreender que esta estratégia de salvaguarda e de desenvolvimento tem de incluir a população como forma de avaliar as necessidades locais, mas também como forma de capacitação e responsabilização da comunidade para assegurar o sucesso e a continuidade das medidas propostas. “Existem realidades contrastantes e surpreendentes que não se enquadram em classificações lineares e que só poderão ser compreendidas se vivenciadas *in loco*” (Vilarinho, 2017, p.303).

A estratégia desenvolvida neste trabalho surge na constatação de uma fraca gestão urbana respeitante à área em estudo, o que contribui para a desvalorização das suas potencialidades. Tem assim como objetivo alertar para a importância da preservação

e da proteção de determinados elementos patrimoniais, procurando uma solução favorável para ambos os âmbitos: preservação e desenvolvimento.

A proposta apresentada no terceiro capítulo deste trabalho focou-se no desenvolvimento do turismo, estimulando a descoberta da Ilha, para contrariar a desvalorização do património cultural e a qualidade de vida existente. Tendo a “Ilha como Património” como fio condutor, procurou-se melhorar a Ilha socioeconomicamente. Com o eixo estratégico, foi definido um conjunto de ações para reforçar a atratividade, melhorar a qualidade da acessibilidade e promover o envolvimento da população.

A proposta vai de encontro à melhoria da acessibilidade desde os aeroportos até à Ilha, bem como a acessibilidade dentro da Ilha, possibilitando o acesso às pessoas com mobilidade reduzida. Implica também a requalificação do edificado, para evitar a degradação do mesmo e a perda da sua identidade, bem como o combate à sobrelotação de Macuti, conseguindo integrar a comunidade nas habitações de Pedra e Cal e criar alojamentos hoteleiros para os visitantes. Torna-se fundamental para uma proposta focada no turismo, a criação de atividades que dinamizassem a Ilha, de forma a atrair visitantes, que sejam acolhidos e integrados na cultura local através da comunidade. Pretendeu-se, também, criar apoio para pequenos empreendedores e capacitar a comunidade para garantir o desenvolvimento da Ilha, seja através da manutenção do edificado, como através do desenvolvimento das atividades turísticas, garantindo ofertas de emprego e subsistência económica, permitindo a melhoria da qualidade de vida na Ilha.

Apesar da diversidade de propostas, tenho consciência que a estratégia proposta, tendo sido desenvolvida no contexto académico, carece da multidisciplinaridade exigida para uma proposta de planeamento estratégico. Por outro lado, e embora considerando que a execução destas ações é fundamental para o desenvolvimento do turismo e para a melhoria da qualidade de vida da comunidade, reconheço que para além destas, muitas outras ações poderiam ser propostas, nomeadamente algumas das propostas apontadas nas *Oficinas*. No entanto e considerando a conjuntura atual, o desenvolvimento turístico parece ser a proposta com maior facilidade de concretização e com mais efeitos.

Por fim, destaca-se que as soluções apresentadas pretendem melhorar a qualidade de vida de quem lá habita mas para a sua execução é fundamental o apoio institucional e governamental. Acredito ainda que esta estratégia tem a capacidade de sensibilizar e envolver a população despertando-a para o seu património, e fundamentalmente, tem a capacidade de envolver a comunidade e de criar mais emprego

e novas oportunidades com vista à melhoria da sua qualidade de vida.



Referências Bibliográficas

- Alberto, I. (2018, Junho 4). UniLúrio capacita guias de turismo na Ilha de Moçambique. *O País*. Disponível em: <http://opais.sapo.mz/>
- Beach Wheelchairs Available at Nine City Beaches this Festive Season. (2010, Dezembro 16). Disponível em: <https://www.westerncape.gov.za/news/beach-wheelchairs-available-nine-city-beaches-festive-season>
- Binns, T. & Nel, E. (2002). Tourism as a local development strategy in South Africa. *The Geographical Journal*, 168 (3), 235-247. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/3451338?seq=1#page_scan_tab_contents
- Calmeiro, M. R. & Aboo, V. (2018). Estratégias para o Desenvolvimento Sustentado. In Rossa, W., Lopes, N. e Gonçalves, N., *Oficinas de Muhipiti: planeamento estratégico, património, desenvolvimento* (pp. 67-86). Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Carvalho, M., Lima, J. & Kastenholz, E. (2014). Criatividade Cultural – Que Oportunidade Para Destinos Rurais?. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 12 (3), 635-648. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=88130937011>
- Clube Naval de Maputo. (s.d.) Disponível em: boavidamaputo.co.mz/pt/bem-estar/ginasios-e-clubes-desportivos/clube-naval-de-maputo/
- Creatour.pt - Turismo Criativo Portugal. (2017). 2ª Chamada de Projetos-Piloto Culturais e Criativos para Turismo Criativo. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/ficheiros2/sites/creatour/files/2nd%20Call%20for%20Creative%20Tourism%20Pilot%20Projects_PT.pdf
- Cruz, D. S. G. (2015). *Plano de Marketing para potenciar o desenvolvimento turístico da Ilha de Santo Antão – Cabo Verde*. (Tese de mestrado). Leiria, Portugal.
- Fernandes, J. (2008). Artes Visuais, Representações e Marketing Territorial. *Biblos*, 6 (2), 339-366.

- Ferreira, C. (1965). A Ilha de Moçambique. Breve resumo histórico, aspeto climático, etnográfico e nosológico (pp. 1-7). Porto: Tip. Sequeira.
- Fonseca, A. (2013). *Ilha de Moçambique: cidade planeada e cidade espontânea*. (Tese de mestrado). Lisboa, Portugal.
- Fonseca, F. & Ramos, R. (2006). O planeamento estratégico de marketing territorial como instrumento fundamental para o aumento da competitividade e afirmação territorial: o caso de Almeida. In *12º congresso da APDR Recursos Ordenamento Desenvolvimento, Viseu, 15-17 Setembro 2006* (pp. 1-30).
- Governo da Região Administrativa Especial de Macau (s.d.). Património Mundial. In Governo da Região Administrativa Especial de Macau, *Macau Património Mundial* (pp. 7-18). Disponível em: <http://edocs.icm.gov.mo/Heritage/MWHP2.pdf>
- Heitmann, S. (2015, Outubro 6). Backpackers Guide to Zanzibar When Travelling on a Shoestring Budget. Consultado em Agosto 18, 2018 em: <https://safarijunkie.com/tanzania/zanzibar/backpackers-guide-to-zanzibar/>
- Hiemann, S. & Bosch, D. (2005). O Constante Tráfico das Dauras no Oceano Índico – A Ilha de Moçambique. In Altmann, C., Anhauser, U., Arens, R., Asal, S., Aubert, H. J., Bachmann, K. ... Wobcke, M., *Património da Humanidade*. (Vol. 4, pp. 104-105). Rio de Mouro: Círculo de Leitores.
- Hougaard, J. (2018). Ilha de Moçambique: Gerir o quê e como? Uma leitura do Património Histórico, Cultural e Edificado. In Rossa, W., Lopes, N. e Gonçalves, N., *Oficinas de Muhipiti: planeamento estratégico, património, desenvolvimento* (pp. 137-152). Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Ilha de Moçambique acolhe nona edição de Tzoziva. (2014, Setembro 5). *Jornal de Notícias*. Disponível em: <http://www.jornalnoticias.co.mz/>
- Instituto de Estradas. (2017). Relatório Anual de Atividade em Praia 2016. Governo de Cabo Verde: Instituto de Estradas. Disponível em: https://www.governo.cv/index.php/dossiersprojectos/doc_download/212-relatorio-atividade-2016
- Instituto Nacional de Estatística. (2012). Estatísticas do Distrito da Ilha de Moçambique. Governo de Moçambique: Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-territorias-distritais/nampula/novembro-de-2012/distrito-de-ilha-de-mozambique.pdf/view>

- Jopela, A. (2015). Conserving a World Heritage Site in Mozambique – Entanglements between politics, poverty, development and governance on the Island of Mozambique. In Labadi, S. e Logan, W., *Urban Heritage, Development and Sustainability – International Frameworks, National and Local Governance* (pp.37-56). Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Juma, M. (2018). Ng'ambo Tuitakayo, the buffer zone we want. Articulating heritage values in urban planning of Zanzibar town. In Logan, L., Logan, P. & Logan, W, *World Heritage and Sustainable Development. New Directions in World Heritage Management* (pp. 257-269). London and New York: Routledge.
- Kokkranikal, J. (2011). Tourism policy and destination marketing in developing countries: the chain of influence. *Tourism Planning and Development*, 8 (4), 359-380. doi: 10.1080/21568316.2011.603885. Disponível em: http://gala.gre.ac.uk/5038/1/Kokkranikal_Cronje_Butler_Tourism_Policy_and_Destination_Marketing.pdf
- Labadi, S. (2018). Historical, theoretical and international considerations on culture, heritage and (sustainable) development. In Logan, L., Logan, P. & Logan, W, *World Heritage and Sustainable Development. New Directions in World Heritage Management* (pp. 37-49). London and New York: Routledge.
- Lacerda, F. (2011). *MUIPITI. Reabilitação e Conservação de Centros Urbanos – O caso da Ilha de Moçambique*. (Tese de mestrado). Porto, Portugal.
- Macedo, G. (2004, Novembro). Ilha de Moçambique – Encruzilhada no Índico. *Volta ao Mundo* (pp. 135-150).
Ministério da Cultura e Turismo. (2015). Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (2016-2025). *República de Moçambique*. Disponível em: <http://www.inatur.org.mz/eng/content/download/1027/6958/file/Plano%20Estrategico%20de%20Desenvolvimento%20de%20Turismo.pdf>
- Moto-táxi sustenta centenas de famílias em Luanda mesmo sem licença. (2017, Julho 23). *Sábado Mundo*. Disponível em: <https://www.sabado.pt/mundo/detalhe/mototaxi-sustenta-centenas-de-familias-em-luanda-mesmo-sem-licenca>

- National Department of Tourism of Republic of South Africa. (2012). National Heritage and Cultural Tourism Strategy. Republic of South Africa. Disponível em: <https://www.tourism.gov.za/AboutNDT/Branches1/domestic/Documents/National%20Heritage%20and%20Cultural%20Tourism%20Strategy.pdf>
- Omar, L. (2013). *Os desafios para a conservação ambiental e património cultural na Ilha de Moçambique*. (Tese de mestrado). São Paulo, Brasil.
- Peixoto, P. (2000). O património mundial como fundamento de uma comunidade humana e como recurso das indústrias culturais urbanas. Disponível via Estudo Geral da Universidade de Coimbra em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/11033/1/O%20Patrim%C3%B3nio%20Mundial%20como%20Fundamento%20de%20uma%20Comunidade%20Humana%20e%20como%20Recurso%20das%20Ind%C3%AAstrias%20Culturais%20Urbanas.pdf>
- Ramadhani, W. (2013). Enhancing Tourism Industry through Community Participation: A Strategy for Poverty Reduction in Zanzibar, Tanzania. *Journal of Environmental Protection*, 4(10), 1108-1122. doi: 10.4236/jep.2013.410127. Disponível em: https://file.scirp.org/pdf/JEP_2013101010340282.pdf.
- Rebelo, H. & Gonçalves, N. (2018). Marca-Lugar Muhipiti. In Rossa, W., Lopes, N. e Gonçalves, N., *Oficinas de Muhipiti: planeamento estratégico, património, desenvolvimento* (pp. 233-254). Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Rossa, W. (2017). Prefácio. In Gonçalves, A. (2018) *Património Urban(ístic)o e Planeamento da Salvaguarda: uma década de estudos sobre a dimensão urbana do património* (pp. 9-15). Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Rossa, W., Lopes, N. & Gonçalves, N. (2018). Um Livro de Cruzamentos, verde. In Rossa, W., Lopes, N. e Gonçalves, N., *Oficinas de Muhipiti: planeamento estratégico, património, desenvolvimento* (pp. 11-14). Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Rotarou, E. (2014). Tourism in Zanzibar: Challenges for pro-poor growth. *Caderno Virtual de Turismo*, 14 (3), 250-265.
- Sangreman, C. & Silva, S. (2012). *Os Clusters como Instrumento da Cooperação Internacional Portuguesa para o Desenvolvimento, o Caso da Ilha de Moçambique*. CEsa /104, 2012). Disponível via Repositório da Universidade de Lisboa em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/4634/1/WP104CESA.pdf>
- Schmidt, P. (2014). Community heritage work in Africa: village-based preservation and development. *Conservation Science in Cultural Heritage* (pp. 133-150).

- Secretaria de Estado da Cultura de Moçambique & Arkitektskolen i Aarhus Danmark. (1986). *Ilha de Moçambique: Relatório 1982-1985*. Moçambique: Secretaria de Estado da Cultura e Danmark: Arkitektskolen i Aarhus.
- Serengeti Advisers & Acorn Tourism Consulting. (2010). Zanzibar Destination Marketing Strategy: Final Report. Disponível em: <http://www.zati.or.tz/wp-content/uploads/2014/07/Zanzibar-Destination-Marketing-Strategy-FINAL-REPORT-GREYSCALE.pdf>
- Sharpley, R. (2000). Tourism and Sustainable Development: Exploring the Theoretical Divide. *Journal of Sustainable Tourism*, 8 (1), 1-19.
- Silva, A., Derks, R., Roders, A. & Hougaard, J. (2016). Cultural Heritage Management and Ownership Regime in Island of Mozambique. In *Clav 2013 International Conference on Vernacular Heritage & Earthen Architecture*. Disponível via ResearchGate em: https://www.researchgate.net/publication/299476192_Cultural_heritage_management_and_ownership_regime_in_Island_of_Mozambique/download
- Teixeira, J. (2014). “Ilha de Moçambique”: questões sobre o seu desenvolvimento como sítio patrimonial. Disponível via Academia em: http://www.academia.edu/6182775/Ilha_de_Mo%C3%A7ambique._Quest%C3%B5es_Sobre_o_seu_Deenvolvimento_como_S%C3%ADtio_Patrimonial
- The United Republic of Tanzania (2003). Indicative Tourism Master Plan for Zanzibar and Pemba. Disponível em: http://www.tzdp.gov.tz/fileadmin/_migrated/content_uploads/Tourism_masterplan.pdf
- The World Bank Group (2017). 20 Reasons Sustainable Tourism Counts for Development. In *Tourism for Development*. Washington DC: The World Bank Group. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/558121506324624240/pdf/119954-WP-PUBLIC-SustainableTourismDevelopment.pdf>
- UNESCO (2010). The Power of Culture for Development. Disponível em: http://www.lacult.unesco.org/lacult_en/docc/The_Power_of_Culture_Development.pdf
- UNESCO. (2006). Tourism, Culture and Sustainable Development. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001475/147578e.pdf>

- Vilarinho, S. (2017). *Entre Mar e Ria. A cultura do Mar na definição de uma nova estratégia de desenvolvimento para a Gafanha da Nazaré*. (Tese de mestrado). Coimbra, Portugal.
- Youde, J. (2009). Selling the state: State branding as a political resource in South Africa. *Place Branding and Public Diplomacy*, 5 (2), 126-140.
- Zanzibar Island Transportation – Taxi, Train, Bus & Airport Tips (2017, Fevereiro 9). Disponível em: <https://www.smartertravel.com/2017/02/09/zanzibar-island-transportation-taxi-train-bus-airport-tips/>

Sites consultados

www.bandeiraazul.abae.pt | Site oficial da Associação Bandeira Azul da Europa, acessido a 7 de agosto de 2018

www.daryachtclub.co.tz | Site oficial da escola náutica de Dar Es Salaam, acessido a 23 de agosto de 2018

www.ilhademocambique.co.mz | Site oficial do Conselho Municipal da Cidade da Ilha de Moçambique, acessido a 21 de julho de 2018

www.instituto-camoes.pt | Site oficial do Instituto Camões da Cooperação e da Língua, acessido a 24 de setembro de 2018

www.kawatrainigcenter.com | Site oficial do Centro de Treinamento KAWA, acessido a 22 de agosto de 2018

www.un.org | Site oficial da Organização das Nações Unidas, acessido a 22 de setembro de 2018

www.unescoportugal.mne.pt | Site oficial da Comissão Nacional da UNESCO, acessido a 10 de maio de 2018

www.unhabitat.org | Site oficial da UN-Habitat, acessido a 23 de maio de 2018

www.zanzibar.net | Site oficial do município de Zanzibar, acessido a 29 de agosto de 2018

www.zanzibartourism.go.tz | Site oficial do Turismo de Zanzibar, acessido a 28 de agosto de 2018

www.zati.org | Site oficial da ZATI, acessido a 28 de agosto de 2018

As referências seguem as normas APA 6th



Fontes das Imagens

Figura 1 Localização de Mpçambique	16
Desenho elaborado pela autora com referência de Paixão, J. (2014). Ilha de Moçambique, uma breve perspectiva	
Figura 2 Províncias de Moçambique	16
Desenho elaborado pela autora com referência de Paixão, J. (2014). Ilha de Moçambique, uma breve perspectiva	
Figura 3 Localização da Ilha de Moçambique	16
Desenho elaborado pela autora com referência de Paixão, J. (2014). Ilha de Moçambique, uma breve perspectiva	
Figura 4 Ilha de Moçambique	18
Desenho elaborado pela autora	
Figura 5 Cidade de Macuti	20
Fotografia conseguida pelo grupo "Centro Interpretativo", durante as <i>Oficinas de Muhipiti</i>	
Figura 6 Cidade de Pedra e Cal	20
Fotografia capturada pela minha colega Inês Vilarés, durante as <i>Oficinas de Muhipiti</i>	
Figura 7 Grupo de Tufo, Estrela Vermelha	26
Fotografia conseguida pelo grupo "Centro Interpretativo", durante as <i>Oficinas de Muhipiti</i>	
Figura 8 Grupo de Tufo, Forte Amizade	26
Fotografia capturada pela autora, durante as <i>Oficinas de Muhipiti</i>	
Figura 9 Oferta turística	28
Desenho elaborado pela autora, com referências das Oficinas de Muhipiti, do Google Earth e do mapa disponível em https://ilhablue.com/	

Figura 10 Fraca conservação do património	34
Fotografia capturada pela autora, durante as <i>Oficinas de Muhipiti</i>	
Figura 11 Pesca informal	34
Fotografia conseguida pelo grupo "Centro Interpretativo", durante as <i>Oficinas de Muhipiti</i>	
Figura 12 Nacala Porto	36
Consultado em https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotoDirectLink-g298355-d4858687-i97370129-O_Barqueiro_Beach_Bar-Nacala_Nampula_Province.html a 11 de Fevereiro de 2019	
Figura 13 Chocas Mar	36
Consultado em https://www.mmo.co.mz/turismo/praiachocasmar a 11 de Fevereiro de 2019	
Figura 14 Localização de África do Sul	64
Desenho elaborado pela autora	
Figura 15 Localização de Still Bay	64
Desenho elaborado pela autora com referência de https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d4/Prov%C3%ADncias_da_%C3%81frica_do_Sul.svg	
Figura 16 Still Bay	66
Consultado em https://www.afristay.com/p/20100 a 11 de Fevereiro de 2019	
Figura 17 Localização da Tanzânia	68
Desenho elaborado pela autora	
Figura 18 Localização de Zanzibar	68
Desenho elaborado pela autora com referência da imagem https://pt.wikipedia.org/wiki/Zanzibar#/media/File:Spice_Islands_(Tanzania).svg	
Figura 19 Localização de Bwejuu Village	68
Desenho elaborado pela autora com referência da imagem https://pt.wikipedia.org/wiki/Zanzibar#/media/File:Spice_Islands_(Tanzania).svg	
Figura 20 Bwejuu Village	70
Consultado em https://www.booking.com/hotel/tz/tsunami-village.pt-br.html a 11 de Fevereiro de 2019	

Figura 21 Bungalow em Bwejuu Village	70
Consultado em https://www.booking.com/hotel/tz/evergreen-bungalows-bwejuu.pt-pt.html a 11 de Fevereiro de 2019	
Figura 22 ambição, eixos e objetivos estratégicos	78
Figura 23 Eixo estratégico, os seus objetivos e ações	80
Figura 24 As ações para reforçar a atratividade	88
Figura 25 Logótipo do Posto de Turismo da Ilha de Moçambique	90
Consultado em https://www.ilhademocambique.com/mz/node/293 a 22 de Julho de 2018	
Figura 26 Logótipo da APETUR	90
Consultado em https://www.emo.co.mz/inauguracao-do-posto-de-turismo-da-ilha-de-mocambique/ a 22 de Julho de 2018	
Figura 27 Localização para eventos da agenda cultural	96
Desenho elaborado pela autora	
Figura 28 As ações para melhorar a qualidade da acessibilidade	102
Figura 29 Ligações à Ilha	104
Desenho elaborado pela autora	
Figura 30 Localização de paragens de transportes públicos	106
Desenho elaborado pela autora	
Figura 31 Requalificação dos espaços dos eventos	108
Desenho elaborado pela autora	
Figura 32 As ações para promover o espírito de cooperação	110
Figura 33 Monumentos e igrejas para visitas turísticas	114
Desenho elaborado pela autora, com referências das Oficinas de Muhipiti, do Google Earth e do mapa disponível em https://ilhablue.com/	
Figura 34 Praias a serem requalificadas	116
Desenho elaborado pela autora	
Figura 35 Localização do Centro Náutico	118
Desenho elaborado pela autora	
Figura 36 Percurso Pedra e Cal e Macuti	120
Desenho elaborado pela autora	

Figura 37 | Percurso do Património e da reserva marinha

122

Desenho elaborado pela autora

As restantes fotografias foram capturadas pela autora durante a estadia nas Oficinas.